

Durante a posse da Diretoria Regional da AFFEP - Regional de Londrina, da direita para a esquerda, Divaldo de Andrade, Vice-presidente do Sindicato; Roberto Piekarczyk, Presidente do Safite, Fernandes dos Santos, Presidente da AFFEP; Florisvaldo Galisteu, Presidente da AFFEP - Regional Londrina e Ester Perfeito, Secretária da AFFEP - Regional Londrina.



SAFITE marca
presença
em Brasília
(Leia na pág. central)

AGENTES FISCAIS DE 1985

A AFFEP através de seu departamento social, estará organizando um jantar de comemoração dos 10 anos de Fisco, destinado, especialmente, aos Agentes Fiscais da turma de 1985. Este jantar deverá ocorrer em Curitiba, provavelmente, no dia 4 de agosto, e será aberto à participação de todos os Agentes Fiscais. Será um jantar por adesão, e em breve estaremos divulgando, local e preço por pessoa. Participe!! Afinal não é todo dia que comemoramos uma data tão importante em nossa carreira profissional. Estão todos convidados. Para maiores informações, ligue para (041) 223-7414, falar com a Sônia, a partir do dia 24/07.



Miguel Salomão, ao centro, defende o restabelecimento da justiça social no país.

**Miguel Salomão
fala da Reforma
Tributária e prega
a justiça social**

Leia na pág. 12

Meio ano de governo Lerner X Respeito ao Estado de Direito

A eleição e posse de Jaime Lerner, no governo do Paraná, reascendeu a chama da esperança para a Classe Fiscal do Estado. Categoria, até então, vilipendiada e humilhada.

Esperanças em mudanças. Na modernidade, no profissionalismo, na capacitação, deixando velhos costumes de lado.

Eu "prendo e arrebento" é coisa do passado e faz parte do folclore nacional.

O Fisco encarou essa nova realidade como remédio milagroso, que o tiraria do marasmo, recuperando sua auto-estima e dignidade.

No decorrer do tempo podemos notar a sensível diferença no modo de gerir a "coisa pública". Respeito à vontade do Povo e às Leis, deixaram de ser mera retórica. Planejamento, visão e ponderação das conseqüências das atitudes, passaram a ser rotina habitual.

Isso é o que se espera do governante, ações objetivando atender a vontade e necessidade do Povo. Respeito e defesa, intransigentes, ao "estado de direito". Tão simples e complexo, que dilema.

As Leis retratam um Povo. Humildemente a cumprimos ou interagimos para, democraticamente, mudá-la. Isso torna o processo difícil e desgastante. Pior para os acomodados e os de visão curta. Para esses é mais fácil "preencher e arrebentar".

Em virtude do novo governo, formou-se a nova equipe que conduzirá os destinos da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado.

E aí as esperanças aumentaram. Sabiamente o governador escolheu para gerir os negócios da Fazenda, um renomado professor. Miguel Salomão traz à Fazenda do Paraná, as experiências valiosas e impagáveis, de anos de

participações no cotidiano da sociedade organizada. Junto assume, o não menos experiente, Norton José Siqueira Silva, forjado nas lides tributárias e fiscais da Receita Federal.

E a direção da Coordenação da Receita? Quais os requisitos necessários para Assunção ao posto? Competência, seriedade, probidade e liderança. Mais uma vez, com muita sabedoria, a escolha recaiu na pessoa de um lutador. Reni Atayde Pires, conta com o reconhecimento da Classe Fiscal. Ato contínuo, nomeou-se a equipe da C.R.E., com os novos Inspetores, assessores, delegados e apoios.

Resultado de todo esse processo foi a formação de um Grupo de Trabalho, comprometido com as mudanças, com modernidade, com os olhos voltados para o futuro.

Dentre outras, a função precípua da Instituição Fisco, é buscar os Tributos, **definidos em Lei**, para que o governo desempenhe seu papel - cumprir a vontade e necessidades do Povo. Respeito e defesa, intransigentes, ao Estado de Direito.

O Fisco, em cumprimento ao Plano de Trabalho elaborado pela nova equipe, disse "presente" e está trabalhando como nunca, para o atingimento dos objetivos. Num primeiro momento e aos olhos dos menos atentos, as Metas parecem ousadas. Mas temos a certeza que foram traçadas com muita seriedade e responsabilidades e são passíveis de serem atingidas. Para isso o Fisco acha-se empenhado.

Temos, portanto, uma radiografia muito positiva do momento em que vivemos. O que nos abala e entristece então?

O Paraná, destarte ser o quinto maior Estado da Federação em riqueza e arrecadação de impostos, remunera seus Agentes Fiscais em 17º lugar. Estamos longe dos quatro primeiros Estados.

Estamos longe dos quatro primeiros Estados.

Precisamos urgentemente recompor a remuneração, dotando-a de mecanismos que a proteja em relação à inflação, a qual no momento acha-se estabilizada num patamar aceitável.

Mas como atingir esse objetivo se os argumentos são de que temos óbices jurídicos "intransponíveis". Para nós a decisão não é jurídica e sim política. O governante tem que assumir posturas, sem medo, firme no seu propósito.

A lei maior de um país é sua Constituição. A do Brasil diz que não se pode incluir vantagens pessoais e individuais no "reductor salarial". Há que se debruçar sobre a Carta Magna? Contratar juristas para interpretá-la? Não, basta ver as letras do alfabeto e juntá-las em palavras, repetindo-as em voz alta ou mentalmente - conforme ensina nosso saudoso Aurélio. Só não vê quem não quer.

Sobre isso existe farta jurisprudência. Os Tribunais Estaduais e Federais estão enfastiados de decidir. A própria Lei que reconhece um direito, não é capaz de fazê-la cumprir. Ficaremos nas mãos daqueles que "prende e arrebentam" ou teremos a prova de que as mudanças são para valer?

Necessário a eleição de prioridades. Dê-se alimento à mãe faminta, para que esta nutra seus rebentos, através do leite de seu peito.

Temos bom conceito naqueles que decidem, pois acreditamos que se acham convencidos. O que precisamos é que assumam posições. Estamos confiantes que, num futuro muito breve, estas palavras torvas, se transformem na "voz do poeta" e nos embriague de alegria.

NOTIFISCO

Expediente

AFFEP

DIRETORIA

Presidente - Fernandes dos Santos
 1º Vice-presidente - Ary José de Andrade
 2º Vice-presidente - Roberto Pizzatto
 1º Secretário - Roberto Aparecido Piekarczyk
 2º Secretário - José Gonzales Gusman
 1ª Tesoureira - Eloyda da Costa Riekes
 2ª Tesoureira - Eduvaldo Gusmão dos Anjos
 Diretor de Esportes - Giancarlo S. de A. Torres
 Diretor de Patrimônio e Diretor do Departamento Médico - Douglas F.S. de Macedo
 Diret. Depto. dos Aposentados - Ary José de Andrade
 Diretora Social - Genyl Landolfi

CONSELHO DELIBERATIVO

- 01 - Osmar de Araújo Gomes
- 02 - Agenor Carvalho Dias
- 03 - Dimas Soares
- 04 - Marinês Cortellini
- 05 - João Ney Marçal
- 06 - Arlindo José Clivatti
- 07 - Milton Luiz Oliveira
- 08 - José Nivaldo Saconatto
- 09 - Miguel Antônio Ramos
- 10 - Elizete Gollembiewski Crispim
- 11 - Haruo Fugisawa
- 12 - Claudio Nogueira de Sá Filho
- 13 - Carlos Emil Kahali
- 14 - Jamil Raimundo
- 15 - Benedito Aparecido Tuponi
- 16 - Edison Esteves Lopes

- 17 - Plínio Luiz Faedo
- 18 - Luiz Carlos Zottis
- 19 - Luiz Antônio Guarise
- 20 - Florivaldo Galisteu

CONSELHO FISCAL

- 01 - Mauro Sergio Michielin
- 02 - Reginaldo de França
- 03 - Vardeci Bertaglia

Jornalista Responsável

Mario José Snieckoski
 MT/DRT/PR: 575/75

Planejamento Gráfico

Jorge Edil Boamorte

Diagramação, Composição, Arte, Foliote e Impressão:
 Editora Helvética Ltda.
 Rua Almirante Gonçalves, 1.063
 Fone/Fax: (041) 252-0534
 Curitiba - Paraná

SAFITE

DIRETORIA

Presidente Roberto A. Piekarczyk
 1º Vice-presidente Divaldo de Andrade
 2º Vice-presidente Fernandes dos Santos
 1º Secretário Lini Oikawa
 2º Secretário Julio Cezar Michelato
 1ª Tesoureira Mauro Sergio Michielin
 2ª Tesoureira Agenor Carvalho Dias

CONSELHO FISCAL:

Titulares Reginaldo de França
 Cleto Tamahini
 Juan Recha Garcia
 Suplentes Benedito Ap. Tuponi
 Luiz Fernandes de Paula
 Paulo Yamamoto

COMISSÕES SINDICAIS

CRE João Carlos Parra
 Carlos Henrique F. Wallbach
 Luiz Antonio Guarise

- 1ª DRR José Gonzalez Gusman
 Plínio Rogério Busetti
 Zelia Lucia Nogueira Prestes
 Nelson Rodrigues de Oliveira
 Paulo Issamu Utme
- 3ª DRR Jorge Naoto Okido
 Genesare Meister Martins
 Augusto Talegnani Neto
 Sérgio Eglin Batista
- 4ª DRR Wagner de Faria Lima
 Horácio Hurpia
 Andrey Luiz Sanchez
- 5ª DRR Ditmar Antonio Back
 Gilson Luiz Ribeiro do Valle
 Mauricio Josephat Resende
- 6ª DRR Milton Luiz Oliveira
 Alberto Bonardi
 Edson Luiz Turim
 Shiquero Marisau
 Claudio Tosatto
- 8ª DRR Rosângela Alves de Lima

- Roberson Shinoki
 Ivan Augusto Reis Von Hartwig
 Rosemary Saito
 Marcos Gonçalves
 Luiz Claudio Depes Eiras
- 9ª DRR Nelson Hidetoshi Horita
 Pedro Sanches
 Cláudio Nogueira de Sá Filho
 Ronaldo Pedro Hubler
 Angelo Cesar Correia Pinheiro
 Roberto Hideck Ito
 João Denival Lachimia
 Elcio de Sá
 Hélio Cleverson Sanches
- 11ª DRR Carlos Emil Kahali
 Wladimir C. Silvestri
- 13ª DRR Luiz Carlos Macons
 Eliseo Luiz Muraro
 Mari Kurten Baratter
- 14ª DRR Adelino José Kroetz
 Andrei Gomes de Almeida
 Clarimont Trisoto

SAFITE

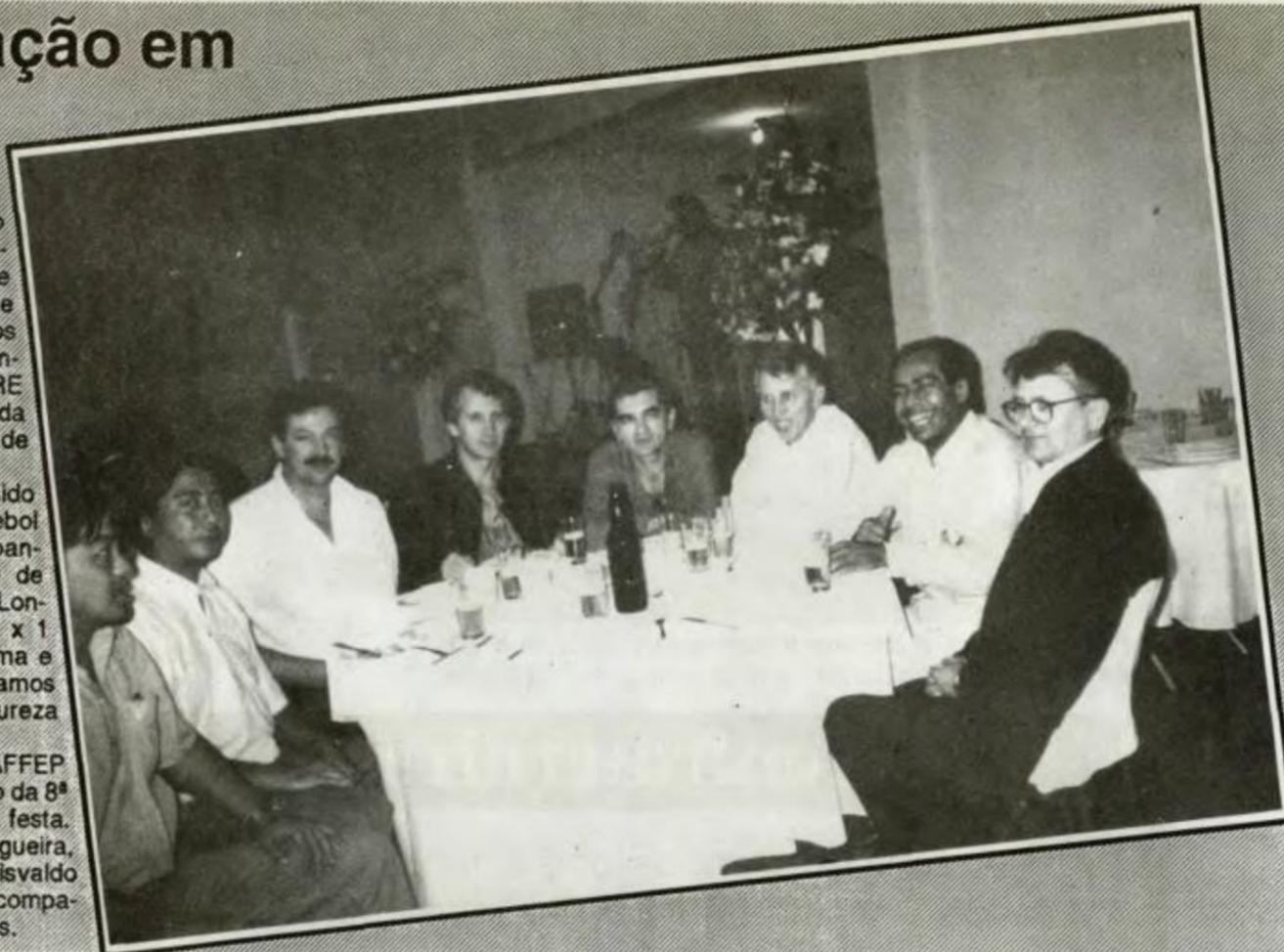
JUNHO/
 JULHO/95

Confraternização em Londrina

A AFFEP - Regional Londrina em conjunto com a AFFEP - Sede, realizou em Londrina no dia 26 de junho passado, um encontro entre os funcionários das Delegacias Regionais de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Umuarama, na sede do Sindicato dos Contabilistas daquela cidade, tendo contado com a presença do Diretor da CRE - Reni Ataíde Pires, do Presidente da AFFEP - Fernandes dos Santos e mais de 200 associados.

O evento foi um sucesso, tendo sido precedido de um quadrangular de Futebol Suíço disputado entre as DRR participantes, sagrando-se campeã a equipe de Maringá. O resultado dos jogos foram (Londrina 1 x 5 Jacarezinho; Maringá 2 x 1 Umuarama; Londrina 1 x 3 Umuarama e Maringá 7 x 3 Jacarezinho). Gostaríamos de ver outros eventos da mesma natureza realizado nas demais Regionais.

Está de parabéns a Diretoria da AFFEP - Regional Londrina e a Administração da 8ª DRR pela iniciativa e organização da festa. Na foto, Roberto Ito, Horita, Cláudio Nogueira, Leonildo Prat, José Carvalho, Florisvaldo Galisteu, Fernandes dos Santos e o companheiro Ribeiro, durante as festividades.



“Discussões de pouca relevância e de caráter tipicamente regionalizado, consomem grande parte do tempo das reuniões do Conselho Nacional, que ainda dependem de aprovações”.

Salomão prega mudanças no CONFAZ em benefício da política tributária

Em entrevista à imprensa, o secretário da Fazenda, Miguel Salomão, afirmou que o Confaz - Conselho Nacional de Política Fazendária deve ser revisto para se tornar o grande órgão de reflexões para a política tributária do país. Participando de reuniões do órgão, o secretário da Fazenda do Paraná disse que as discussões de menor relevância e de caráter muito regionalizado, “consumem grande parte do tempo das reuniões do Conselho e ainda ficam na dependência de aprovações”, acrescentou.

Questionando o fato se o Estado pode abrir mão de seus impostos para aplicar em setores mais prioritários, como saúde e educação, por exemplo, Miguel Salomão relembra que nenhum Estado pode deixar de cumprir as decisões do Confaz, “mas o exemplo recente da falta de consenso foi a redução do ICMS dos automóveis, quando São Paulo, por força do mercado que detém, decidiu fixar a alíquota de 12%, contrariando um acordo que previa 17% e esta atitude forçou os Estados vizinhos para evitar a perda de arrecadação, a também fixarem

os 12% a alíquota do ICMS dos automóveis, sendo que esta mudança passou à margem do Confaz”, alerta.

Criado há mais de 20 anos, o Confaz reúne todos os secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados, inclusive Distrito Federal e o secretário da Receita Federal, sendo presidido pelo ministro da Fazenda e Miguel Salomão defende a manutenção do Confaz como órgão coordenador e articulador da política tributária “isso apesar de cada Estado ter autonomia para regulamentar, subordinado à

Ele condena as disputas regionais existentes “o que faz o Confaz perder parte de seus objetivos, pois vê-se uma concorrência que surge a partir de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelos governos estaduais para atrair empresas e estimular negócios em seus Estados”, observa Salomão, que é economista e ex-delegado do Banco Central em nosso Estado. Para ele, “em economia não existe fronteiras e o incentivo fiscal para o crescimento industrial pode ser irracional se o regionalismo superar o racionalismo da política nacional”, adverte.

Constituição Federal, mas a função do Confaz é estabelecer algumas regras gerais e a mudança de regras que configura a alteração fundamental do tributo (como aumento ou redução de alíquotas) é aprovado pelo Confaz somente se houver unanimidade, sendo que decisões sobre a metodologia e formas de administração são aprovadas através do regime de maioria simples”, explica Salomão.

COMO FUNCIONA

As reuniões do Confaz são trimestrais e as propostas a se-

rem analisadas devem ser apresentadas com antecedência prévia da pauta que se dá através da Comissão Técnica Permanente, na qual os secretários, se baseiam. Cada Estado tem um representante nesta Comissão e atualmente o Paraná é representado pelo colega fiscal Fernando Takeshi Ishikawa, sendo que 24 horas antes da reunião dos secretários, os técnicos preparam o relatório. Miguel Salomão vê na recente reativação desse grupo técnico do Confaz, “uma semente de um novo Conselho de Política Fazendária”, observa.

NOTÍCIAS



Primeira linha de agentes fiscais aposentadas da 8ª DRR, durante jantar alusivo ao "Dia Internacional da Mulher"



Confraternização do "Dia Internacional da Mulher", com representantes das DRRs de Londrina, Maringá e Jacarezinho

Confraternização da Mulher

Não é matéria vencida, pois entendemos que todo o dia é Dia Internacional da Mulher. Mulher mãe, mulher filha, mulher esposa ou simplesmente mulher. O 8 de Março, comemorado como seu dia é, para nós da AFFEP, extensivo a todos os 365 dias do ano. Por isso, neste número 92 do NOTIFISCO, através dessa foto em que colegas da DRR de Londrina, Maringá e Jacarezinho se reuniram para comemorar o Dia Internacional da Mulher, queremos homenagear não só todas as colegas fiscais, mas todas as mulheres do mundo.

NOTIFISCO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Não cabe neste dia ficarmos lembrando, injustiças contra a mulher, queremos comemorar o dia da mulher homenageando as mulheres, principalmente as colegas de trabalho, como as que dividem ou dividiram conosco o dia-a-dia dentro e fora da repartição, nos Postos fiscais, estradas e em todos escalões da Receita Estadual. Gostaríamos de poder falar o nome de cada uma sem nos esquecer da grande contribuição das colegas aposentadas.

Faz 85 anos que se comemora o Dia Internacional da Mulher e nesse período tem aumentado a consciência da influência da mulher em nossas vidas, como mãe, esposa, amiga, companheira.

Hoje, no Brasil, as mulheres já são 51% da população e pela sua capacidade estão participando ativamente da vida nacional em todos os níveis: governadoras, senadoras, deputadas, empresárias, motoristas de caminhão, procuradoras, taxistas, fiscais, varredoras de rua, etc. Tudo isso sem se descuidar do charme, da delicadeza, do encanto. Sem esquecer que o principal papel é o de ser mulher. Não se fala mais em emancipação da mulher. Acreditamos ser uma etapa já vencida, hoje busca-se igualdade. Igualdade na diferença. Neste sentido é inútil decifrar a mulher. A mulher é um universo de emoção, sensibilidade e força. Fundamental, no entanto, é admirar essa mulher que rompeu barreiras, enfrentou o mundo e mostrou o seu valor. Importante é perceber que essa mulher alcançou tudo isso sem abrir mão do mais importante:

SER MULHER

Florivaldo Galisteu
AFFEP Regional Londrina

AFFEP de Londrina quer união de novos e antigos

Desde abril último a Regional da AFFEP de Londrina tem nova Diretoria, sendo empossado como Presidente, o colega Florivaldo Galisteu. Ele afirmou, que a organização de uma Diretoria local, ou seja, composta por fiscais da 8ª DRR, tem como objetivo maior trabalhar na construção da nova sede social e criar um "spirit du corp" nos fiscais novos e antigos "para que juntos iniciemos uma nova etapa de trabalhos sob a administração do Delegado da Receita, José Aparecido Camargo".

A DIRETORIA

Esta assim constituída a nova Diretoria da Regional da AFFEP de Londrina: Presidente - Florivaldo Galisteu; Vice-Presidente - Divaldo Andrade; 2º Vice-Presidente - Hermes Luiz de Barros; 1ª Secretária - Ester Antonieta Viana Peretto; 2ª Secretária - Nair Honda; 1º Tesoureiro - Benedito Maciel de Goes; 2º Tesoureiro - Ricardo de Freitas. Departamento de Assistência Pessoal - tem como objetivo atender as necessidades e dúvidas dos colegas fiscais: Rosemary Saito, Liliana Trevisan, Alcione Pimpão e Célia Correia B. Hauenstein; Departamento de Patrimônio: Elio Sanzovo, Fernando José dos Santos Alves, Luiz Claudio Depes Eiras e José Nivaldo Saconatto; Departamento Social, Eventos e Relações Públicas: Miguel Ekunim Regina Naria Crippa e Tânia Mara Rodrigues; Departamento

Jurídico: João Cazarim de Oliveira, Maria de Fátima C. Andrade e Mario Ap. Sanzovo; Departamento de Aposentados: Osvaldo Chocoroski, Hermes Luiz de Barros, Miguel Ramos, Luiz Alves de Oliveira e Moacir de Assis. Também foram eleitos os colegas fiscais Robson Shinoki, Luiz Claudio Depes Eiras, Marcos Gonçalves, Ivan Augusto Reis Von Hertwig, Rosemary Saito, José A. Valêncio da Silva e José M. Semkiw, para constituírem a Comissão Sindical. A Regional da AFFEP de Londrina, composta pelos funcionários da 8ª DRR, abrange cerca de 60 municípios, além de Apucarana e Cornélio Procópio. O Presidente da AFFEP, Fernandes dos Santos, deseja a todos os colegas empossados que realizem um trabalho voltado à classe fiscal e analteceu o interesse de todos em participar desta nova fase da nossa entidade.

SAFITE

JUNHO/
JULHO/95

ADVOGADO

A partir de maio do corrente, o SAFITE e a AFFEP, contam com o apoio jurídico do Dr. João Domingos Cardoso, advogado com grande experiência na lide trabalhista e sindical do Paraná. Para os sindicalizados e associados os serviços serão gratuitos, inclusive custas judiciais. Para usufruir desse benefício os interessados deverão se dirigir às Entidades que os encaminharão ao referido Advogado. Ressaltamos, inclusive, que o Dr. João atenderá questões particulares, com grande desconto em relação à tabela da OAB.

PALESTRA PARA OS CONTADORES

Aconteceu em junho, em Curitiba, uma palestra da cúpula fazendária do Estado, endereçada à classe dos contabilistas do Paraná. A iniciativa foi da FECOPAR - Federação dos Contabilistas do Paraná, com o apoio da SEFA/CRE. Tivemos como palestrantes: Miguel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda; Reni Atayde Pires, Coordenador da Receita Estadual; Murilo Ferreira Wallbach, Inspetor Geral de Fiscalização; Helmuth Germano Venske Junior, Inspetor Geral de Arrecadação; Francisco Xavier de Oliveira e Georges Jean Bruel, representando a Inspeção Geral de Tributação e Vilmar Antonio Padilha Gadens, Inspetor Regional de Fiscalização da 1ª DRR. Os assuntos abordados versaram sobre as metas e o plano de trabalho da Secretaria da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado, para a área tributária do Paraná, no Governo Jaime Lerner. Destacamos o posicionamento do Secretário da Fazenda, Miguel Salomão, que apesar do exíguo tempo à frente da Secretaria, demonstrou profundo

conhecimento dos problemas inerentes à pasta, bem como a firmeza do Diretor Reni Atayde Pires, no trato das questões da C.R.E. A Classe fiscal deposita grandes esperanças nesses nomes e torce para que suas idéias sejam concretizadas no menor tempo possível.

MATO GROSSO DO SUL

A convite dos Colegas do Mato Grosso do Sul e às suas expensas, Roberto Aparecido Piekarczyk, Presidente do SAFITE, compareceu a uma reunião na cidade de Campo Grande-MS, para expor o plano de carreira e a Lei 7051/78 do Fisco do Paraná. O objetivo era expor aos colegas, as vantagens de se ter carreira única no Fisco e lei orgânica. Estiveram também presentes os colegas dos sindicatos de São Paulo, Sr. David Torres e Espírito Santo, Sr. Leonardo de Deptulski, bem como o Diretor Financeiro da FENAFISCO, Sr. Valtér Rodrigues Veloso. Esperamos que a experiência do Paraná tenha contribuído no processo de unificação das carreiras do Fisco de Mato Grosso do Sul.

PROMOÇÃO

Nos próximos dias estaremos encaminhando ao Diretor da C.R.E., a proposta de mudança na Lei 7051/78, visando a recuperação das promoções no período de agosto de 1989 a dezembro de 1993, época que ficamos sem progressão na carreira. O Diretor da C.R.E., já se manifestou favorável a essa questão, restando uma análise jurídica mais profunda, para saber da viabilidade técnica do assunto. Lembramos aos colegas que a esse respeito, temos uma ação judicial ajuizada, aguardando julgamento.

SALÁRIO

Recebemos da FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, a tabela salarial dos Fiscais de todo o Brasil. O Paraná, como é sabido, o 5º Estado da Federação em importância econômica e arrecadação de impostos (longe do 6º por sinal), remunera seus Agentes em 17º lugar, para o início e fim de carreira. O Presidente do SAFITE, na última reunião do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, acontecida em Brasília, nos dias 05 e 08 de junho, ficou sem saber explicar o "porque" dessa situação que é vexaminosa para o Paraná, principalmente pelo ótimo conceito que tem o Estado nos demais setores da administração Tributária. A esperança é que o Governo cumpra suas promessas de campanha e para isso estamos vigilantes e atentos.

FORMAÇÃO SINDICAL

O SAFITE, com o apoio da FENAFISCO, brevemente realizará um Seminário de Formação Sindical, tendo por objetivo discutir e aprimorar o sindicalismo no funcionalismo público, além de procurar despertar novas lideranças sindicais na Categoria. O embasamento teórico de lideranças sindicais é de suma importância para o bom desenvolvimento das lides sindicais, extremamente relevante nesse momento de grandes mudanças por que passa a sociedade brasileira. Gostaríamos de reafirmar que somos contrários ao sindicalismo partidário e que nosso Sindicato abriga pessoas das mais variadas tendências políticas, exercitando um sindicalismo voltado para resultados, deixando de fora as discussões meramente ideológicas.

MOVIMENTO NOS ESTADOS

A situação salarial não está ruim apenas no Paraná. Os Fiscais de Pernambuco e Minas Gerais acham-se num movimento paralista. Lá os salários estão defasados e a Categoria não teve outra alternativa senão partir para um "movimento", com o objetivo de conscientizar as autoridades para esse grave problema. Recentemente o Fisco do Espírito Santo paralisou, totalmente, suas atividades por 22 dias, resultando numa grande conquista salarial. Esperamos que os colegas desses Estados tenham êxito nesse pleito.

SINDICALIZAÇÃO

Continua a "Campanha de Sindicalização" do SAFITE. Recentemente tivemos a recomposição de algumas Comissões Sindicais, alteradas pelo processo de remoção levado a efeito no ano passado. Aos Colegas que ingressaram no Sindicato fica o nosso agradecimento e mãos à obra.

CADASTRO

Está pronto e instalado no computador o Programa de Cadastro do SAFITE. Brevemente teremos condições de listar todos os sindicalizados por Delegacia, dando uma visão completa a respeito do número de sindicalizados, inclusive com endereço. Esse é um instrumento de vital importância para o funcionamento do Sindicato. Mais uma vitória.

FENAFISCO

Treinamento

A CRE - Coordenação da Receita do Estado, através do CENPRE - Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita, realizou 11 cursos em abril, 19 cursos em maio e 22 em junho, treinando 131, 334 e 324 funcionários, respectivamente, num total de 789 pessoas treinadas. Para julho, estão previstos inicialmente 19 cursos, abrangendo aproximadamente 230 funcionários.

Além disso o CENPRE está fazendo a tabulação de uma pesquisa de levantamento de necessidades de treinamento da organização, a qual foi feita com a colaboração de todos os funcionários ao responder o questionário que lhes foi enviado. Com a análise das informações obtidas far-se-á um diagnóstico das necessidades de treinamento, a partir do qual será elaborada a programação de treinamento da CRE para o segundo semestre de 1995 e para o ano de 1996.

Mas independentemente do resultado da pesquisa o CENPRE precisa atender as necessidades imediatas de treinamento e, para isto, já promoveu vários cursos de informática, através do IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, e através de sua própria estrutura, utilizando Instrutores da própria organização. Realizou também um Curso de Chefe de Agências de Rendimentos em Curitiba, com encerramento no dia 9 de junho; iniciou outro no dia 19 de junho em Londrina, com encerramento no dia 7 de julho e tem a previsão de realização de mais um em agosto na cidade de Guarapuava, tudo isto para atender a indicação de novos Agentes Fiscais para as Chefias de Agências de Rendimentos. No período de 29 de maio a 2 de junho foi realizado o Curso de Licitações das dependências do CENPRE para atender as necessidades da Delegacias Regionais e Assessorias da CRE. Ainda no mês de junho foi realizado o Curso de Análise Contábil para Agentes Fiscais com a Instrutoria do Prof. César Abicalaffe, Consultor na área de Contabilidade, com duas turmas de 40 participantes, sendo uma nos dias 12 e 13 e outra nos dias 22 e 23, respectivamente. Finalmente, o CENPRE fez a programação de novos cursos na área de Informática, descrita a seguir, para treinar aproximadamente 500 novos funcionários até o final do ano, pois com a instalação da nova rede de micro-computadores na CRE esta necessidade aumenta a cada dia:

PERÍODO	UNIDADE MÓVEL '1'	UNIDADE MÓVEL '2'
De 26 a 30/6 e 3 a 7/7	6ª DRR - Jacarezinho	13ª DRR - Cascavel
De 10 a 14/7 e 17 a 21/7	3ª DRR - Ponta Grossa	14ª DRR - Pato Branco
De 24 a 28/7 e 31/7 a 4/8	9ª DRR - Maringá	5ª DRR - Guarapuava
De 7 a 11/8 e 14 a 18/8	11ª DRR - Umuarama	4ª DRR - União da Vitória
De 21 a 25/8 e 28/8 a 1/9	6ª DRR - Jacarezinho	3ª DRR - Ponta Grossa
De 11 a 15/9 e 18 a 22/9	5ª DRR - Guarapuava	4ª DRR - União da Vitória
De 25 a 29/9 e 2 a 6/10	9ª DRR - Maringá	14ª DRR - Pato Branco
De 16 a 20/10 e 23 a 27/10	11ª DRR - Umuarama	13ª DRR - Cascavel
De 6 a 10/11 e 20 a 24/11	3ª DRR - Ponta Grossa	14ª DRR - Pato Branco
De 27/11 a 1/12 e 4 a 8/12	5ª DRR - Guarapuava	4ª DRR - União da Vitória
De 11 a 15/12 e 18 a 22/12	6ª DRR - Jacarezinho	13ª DRR - Cascavel

REUNIÃO DE TRABALHO DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DA C.R.E.

Aconteceu em Maringá, no dia 22 de junho passado, uma reunião de Trabalho da equipe diretiva da C.R.E. Estiveram presentes os Inspetores Gerais de Fiscalização, Arrecadação e Tributação, Chefes de Departamentos, Delegados Regionais, assessores e Inspetores Regionais. A reunião foi coordenada pelo Sr. Reni Atayde Pires, Diretor da C.R.E.

Na oportunidade foi discutido o desenvolvimento do plano de trabalho da C.R.E. e aprovado novos projetos, visando sempre, o combate incessante à sonegação de impostos no Paraná.

Podemos perceber que a Direção da C.R.E., acha-se empenhada em reformular procedimentos, visando a profissionalização do Fisco do Paraná e a classe fiscal está comprometida com essas mudanças.

A convite do Diretor da Receita e do Delegado da 9ª DRR, estiveram presentes no evento, o Presidente da AFFEP, Fernandes dos Santos e do SAFITE, Sr. Roberto Aparecido Piekarczyk, os quais puderam acompanhar os trabalhos.

Esse é um fato inédito na história da C.R.E. A representação classista presente em reunião de trabalho, onde são traçadas diretrizes que norteiam o futuro da Instituição Fisco. Fica registrado o agradecimento e o reconhecimento desse gesto.

A organização da reunião ficou a cargo dos Funcionários da 9ª DRR, que tiveram muito esmero na recepção aos colegas de todo o Estado. Parabéns ao Delegado, Sr. Gilberto Della Coletta e a toda sua equipe.

SAFITE

JUNHO/
JULHO/95

Departamento dos Aposentados



Ary José de Andrade
Chefe do Dep. dos
Aposentados - AFFEP

Atentos e
participativos

Muito longe de sermos pessimistas, cumprimos o dever de emitir a nossa opinião a respeito da Reforma da Constituição, no que concerne ao artigo 40, parágrafos 4º e 5º do Diploma Legal.

Conforme informações que recebemos das nossas lideranças, a revogação daqueles dispositivos é fato pra-

ticamente consumado, visto que as negociações do Governo com o Congresso Nacional, assim estabelece.

Nessas condições, o direito que conquistamos após uma vida inteira de lutas gigantescas, estaria com os dias contados.

Continuaremos lutando até o final da batalha, seja através das nossas entidades de classe ou do próprio MO-

SAP, do qual fazemos parte, pressionando parlamentares, o que sugerimos a todos os aposentados, seja oferecendo alternativas outras, conforme procedimento do MOSAP-Brasília. No limite das nossas possibilidades, certamente nos restará conclamar todos os aposentados do Brasil a uma mobilização nacional, inclusive de conscientização popular, para, num último

esforço, tentar a manutenção dos termos do artigo 40 da nossa Constituição.

Para tanto, nenhum aposentado no país poderia ficar de braços cruzados no aguardo de um resultado feliz, pois é muito pouco, nessa hora, imaginarmos que algum colega fará por nós.

Repito: deveremos estar atentos e participar.

Lembretes importantes

1 - Conforme programa antes elaborado, lembramos a todos os colegas aposentados que as nossas reuniões continuam sendo realizadas na segunda Quarta-Feira de cada mês. Na próxima reunião serão apreciadas as contas do exercício de 94, de acordo com a convocação do Senhor Presidente da AFFEP.

2 - O 5º Encontro dos Fiscais Aposentados, em Guaratuba, acontecerá entre os dias 7 e 10 de setembro vindouro. As inscrições poderão ser feitas a partir do

dia 20 de julho, diretamente no Departamento dos Aposentados. Informações detalhadas através do fone (041) 223-7414.

3 - As inscrições para a excursão a Pousada do Rio Quente, em Goiás, no mês de outubro, já podem ser feitas junto ao Departamento dos Aposentados. Lembramos que a excursão promovida ao Pantanal foi um sucesso absoluto.

NOTIFISCO

Excursões programadas



Um sucesso. É assim que podemos definir a primeira excursão envolvendo os associados da AFFEP ao Pantanal. Tudo ocorreu na mais perfeita organização, desde a saída de Curitiba, durante toda a viagem até os dias maravilhosos neste pequeno mundo no meio de tanta beleza. A foto mostra os colegas associados que participaram deste evento promovido pelo Departamento dos Aposentados, chefiado por Ary José de Andrade. E repetiremos, com toda a certeza, a dose em outubro, quando estaremos promovendo uma excursão à Pousada do Rio Quente, em Goiás, entre os dias 1º e 9 daquele mês, incluindo dois dias em Brasília. As inscrições podem ser feitas diretamente na sede da AFFEP, exclusivamente, até dia 31 de julho.

Em Curitiba, no Asilo São Vicente, uma prova de amor dos fiscais, através da AFFEP, para com as pessoas carentes.

Campanha do Agasalho tem participação dos fiscais

A AFFEP, principalmente em Curitiba e através de sua Regional de Londrina, tem participado ativamente da Campanha do Agasalho. Em Curitiba, com a Coordenação do Departamento Social, chefiado pela colega Geny Landolfi e em conjunto com o Departamento dos Aposentados, a Campanha do Agasalho, em sua primeira etapa, envolveu associadas e esposas de associados, num mutirão que comprova o sucesso desta iniciativa.

Foram beneficiadas diretamente, as entidades Casa da Mãe Solteira, Or-

fanato Lar Moisés, Associação Solitários com a Vida, que tem como um dos líderes nosso colega Mesquita e é responsável pela Casa do Aidético, o Hospital Erasto Gaertner e Asilo São Vicente. A Diretora do Departamento Social, Geny Landolfi, agradece o envolvimento das colegas Aclacy Klingelfus, Joana Maria da Costa, Anita Paschoalino, Maria José Carvalho (Zezá), Janete V. Lanzuolo, Aglacir Probst, Graciosa C. Pereira, Alaíde C. Stachera, Leci Lassere, Lina A. Andrade, Aline Jorge, Etelvina D'Angelis, Dolores A. Tedeschi, Edwirges Ferro, Yolanda Cassou e Lídia Kunze.



EM LONDRINA

A 8ª Delegacia Regional da Receita, juntamente com a AFFEP, também estão envolvidas na Campanha do Agasalho, promovido pelo Provopar. Durante a campanha foi assumido um compromisso com a primeira-dama do Município de Londrina, Sra. Marta Cheida, de arrecadar junto à comunidade, doações de roupas e agasalhos que serão encaminhados ao Provopar-Londrina. O intuito da parceria entre o Provopar, a AFFEP - Regional Londrina e a Delegacia da Receita "é de que a comunidade desmistifique a imagem da Receita Estadual como um órgão ca-

paz apenas de atividades repressoras", conforme frisa o presidente da AFFEP Regional Londrina, Florisvaldo Galisteu.

Para o Delegado da 8ª DRR, José Aparecido Camargo "o objetivo deste trabalho é mobilizar não só os funcionários, mas, também a população de um modo geral para que participe efetivamente da campanha, despertando desta forma o espírito solidário e coletivo", destaca ele. Para facilitar as doações a Receita Estadual de Londrina montou 18 postos de doações nas Agências de Rendas e Postos Fiscais de sua jurisdição.

Doação da AFFEP ao Pequeno Cotelengo

A Associação dos Funcionários Fiscais do Paraná - AFFEP, procedeu nos últimos dias a doação de vários móveis de sua propriedade e que não estavam sendo utilizados, para o Pequeno Cotelengo do Paraná, com sede em Curitiba, entidade assistencial que abriga meninas com meninas excepcionais. Conforme o Presidente Fernandes dos Santos que autorizou a doação "estamos implantando na AFFEP uma política de ajuda ao próximo e os móveis doados ao Pequeno Cotelengo é mais uma prova disso", avalia ele. Ao agradecer a doação, o Padre Antonio Darida, Diretor do Pequeno Cotelengo, afirmou que "gestos como este é que definem o caráter das pessoas e estou emocionado com esta doação voluntária da Associação dos Fiscais", disse emocionado.

Foram entregues ao Pequeno Cotelengo os seguintes móveis pelo Diretor de Patrimônio, Douglas J. S. Macedo:

I - Escrivaninha em compensado, revestida em imbuia, pés de metal, 02 gavetas, 01 gavetão, estado de conservação regular.

II - Escrivaninha em compensado revestida em imbuia, pés de metal em preto, 06 gavetas, estado de conservação regular.

III - Escrivaninha em compensado, revestida em imbuia, pés de metal em preto, 06 gavetas.

IV - 04 cadeiras, revestidas com napa verde, pés de madeira, estado de conservação ruim.

V - 02 cadeiras revestidas com napa preta, pés de madeira, estado de conservação ruim.

VI - Escrivaninha em imbuia, 03 gavetas, pés de metal na cor preta (pequena), estado de conservação regular.

VII - 01 armário, 02 portas, misto imbuia/pinho, estado de conservação regular.

VIII - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, 06 gavetas, estado de conservação regular.

IX - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, 06 gavetas, estado de conservação regular.

X - Escrivaninha em compensado, revestida em imbuia, pés de metal, 02 gavetas e um gavetão, estado de conservação regular.

XI - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, 02 gavetas (pequenas), estado de conservação regular.

XII - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, com pés metálicos, 03 gavetas, estado de conservação regular.

XIII - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, sem gavetas, estado de conservação regular.

XIV - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, 04 gavetas e um porta papel, estado de conservação regular.

XV - Escrivaninha em aglomerado, revestida em imbuia, com 04 gavetas, estado de conservação regular.

XVI - Escrivaninha em imbuia, 03 gavetas, pés de metal, na cor preta, estado de conservação regular.

XVII - Escrivaninha em aglomerado, revestida de imbuia, com 04 gavetas, estado de conservação regular.

TRABALHOS EM TRICÔ E CROCHÊ

O Departamento Social da AFFEP promove todas às 4ªs feiras, sempre à partir das 14h00, encontro de associadas e esposas de associados interessados em executar trabalhos em tricô e crochê.

O resultado dos trabalhos é destinado a entidades assistenciais, como ocorreu recentemente com a Campanha do Agasalho.

Portanto, as associadas ou esposas de associados interessadas em participar destas reuniões, podem comparecer à sede da AFFEP, Rua Angelo Sampaio, 1793, que serão bem-vindas.



NOTÍCIAS

"O pior de tudo é que o universo dos contribuintes se estreita e as alíquotas se mantêm altas"

NOTIFISCO

Miguel Salomão

A hora e a vez da Reforma Tributária

Há duas notícias sobre a reforma tributária. Uma é boa, a outra ruim. A boa é que o assunto voltou a ganhar força e alguma mudança nos impostos deve ser aprovada antes do fim do ano. A notícia ruim é que essa mudança pode não ter nada a ver com uma reforma constitucional, que é o que precisa ser feito. Declarações recentes do Deputado Antonio Kandir, da Subcomissão de Reforma Tributária, parecem sinalizar para este ano apenas uma reforma "soft", "light", ou, se preferirem, cosmética.

Outra notícia (esta boa, para nós paranaenses) é que a Secretaria da Fazenda do Paraná teve o privilégio de sediar, nos dias 5 e 6 de julho, os trabalhos do Grupo de Reforma Tributária do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). A escolha de Curitiba resultou, em grande parte, da iniciativa que tivemos, na condição de Secretário da Fazenda do Paraná, de apresentar ao CONFAZ uma proposta bastante provocativa de reforma tributária, com o objetivo imediato de não deixar morrer o debate em torno do assunto, numa altura em que alguns já alegavam não ser necessária mudança nenhuma, visto que a arrecadação de impostos federais vinha aumentando nos primeiros meses deste ano.

Ora, sabemos todos que a justificativa da reforma tributária não está só na necessidade de aumentar a arrecadação. Há a questão maior da justiça tributária entre contribuintes e da equidade tributária entre os estados. De permeio a estas questões maiores, há aquelas referentes ao custo da execução da política fiscal para as empresas e para o próprio poder público, além da cultura da sonegação enraizada em todos os agentes econômicos.

Tais questões, por sua amplitude, não podem ser adequadamente tratadas fora do âmbito de uma reforma constitucional, por várias razões. A primeira e mais forte de todas, é que a nossa Constituição "Cidadã" equivocadamente manteve o modelo de imposto sobre valor agregado, o qual, se dá certo em países que adotam o estado único, com orçamento único e legislação tributária única, tem tudo para fracassar em federações de estados com múltiplos orçamentos e legislações tributárias diferenciadas e concorrenciais. Tais estados, voltados para tentar corrigir, regionalmente, notórios desníveis econômicos e sociais, culminam por praticar uma política fiscal e tributária quase suicida, além de fortemente condicionada por disputas eleitorais a cada quatro anos. A necessidade de criar empregos

rapidamente e de obter resultados eleitorais a qualquer preço não poupa os orçamentos, nem a legislação fiscal (e nem mesmo os bancos estaduais, salvo raras e honrosas exceções, entre as quais se inclui o nosso Banesb). Que o diga o nosso Estado-irmão mais forte, São Paulo, às voltas com um vendaval financeiro sem precedentes em sua história.

Além disto, o espírito federativo não é tão forte que possa sobrepujar o sentimento de autonomia administrativa e financeira que leva os estados federados a praticar atos de arbítrio tributário que comprometem a coerência e a eficácia da política fiscal global do País, que é tão necessária ao equilíbrio da política econômica como um todo. Não podemos esquecer que a estabilidade monetária e cambial, da qual depende o crescimento sustentado da economia, repousa num tripé formado pelo equilíbrio dos orçamentos, da moeda e do câmbio, e quando o primeiro pé (o equilíbrio fiscal) se torna claudicante fica logo comprometida toda a coerência da política econômica do país.

Os defensores do imposto sobre o valor agregado partem do pressuposto da intangibilidade da regra constitucional que consagrou o princípio da não-cumulatividade dos tributos. Não comungamos da mesma percepção. O momento é de reforma constitucional e o princípio da não-cumulatividade (ou efeito "cascata") deve, quando menos, ser objeto de uma boa reflexão. O primeiro ponto a considerar é que há uma diferença fundamental entre a cumulatividade cruzada de diferentes impostos incidindo uns sobre os outros, e a cumulatividade de um mesmo imposto em diferentes fases da comercialização dos bens. No primeiro caso, a cumulatividade, além de condenável, é de difícil reparação, mas no segundo caso, a cumulatividade pode ser tranquilamente prevista e absorvida na redução da alíquota do imposto, servindo ainda como um poderoso freio para a especulação com estoques de bens. O risco de as empresas optarem pela verticalização como forma de diminuir a ocorrência do fato gerador é bastante minimizado pelas perdas de escala que tais empresas sofreriam na produção dos insumos e pela tendência moderna à terceirização (e não verticalização).

Outra assunção ingênua dos defensores do IVA é de que a simples redução a zero das alíquotas sobre os bens exportáveis eliminaria automaticamente a carga tributária sobre as exportações e permitiria um comércio internacional baseado em preços homogêneos. Nada mais falso, já que o preço a custo de fatores (que engloba salários, juros e aluguel) tem a sua composição variando de país para país, conforme o maior ou menor estágio de "welfare state" atingido pelo país. Comparando um país selvagemmente capitalista (ou seja com um grau de "welfare state" igual a zero) e um outro país com fortes políticas sociais (grau de "welfare state" igual a 100), é óbvio

que os salários terão composições diferentes. Assim, no primeiro caso, os salários incorporam necessariamente um valor adicional para que o próprio assalariado custeie os seus gastos com saúde, educação e aposentadoria, e serão, portanto, mais altos do que no segundo caso, em que o salário pago ao trabalhador é menor, devido ao desvio, para o Estado, via impostos, dos recursos financeiros que irão suportar os gastos sociais.

Portanto, querer supor que os preços, no primeiro país, não incorporam o custo dos gastos sociais da mesma forma que os preços do segundo país é, no mínimo, cometer uma simplificação de raciocínio imperdoável. Além disso, as vantagens comparativas se desagregam por subitens capazes de se compensarem entre si, de modo que o que vale mesmo é o preço final competitivo ou não. O que não se pode admitir é que o Estado renuncie ao tributo mesmo quando o preço é competitivo, alargando assim a margem de lucro, que acabará também não sendo tributada já que provém de exportações. O mesmo raciocínio se aplica aos casos em que as empresas bancam os custos sociais de seus empregados (saúde, educação, aposentadoria) e os repassam nos preços de seus produtos exportados sem que nenhum IVA apareça explicitamente para ser eliminado.

Em resumo: os salários pagos no Japão têm uma composição muito mais densa e rica do que os salários pagos em Cuba, assim como as taxas reais de juro no Brasil são extremamente diferentes das taxas de juro do Japão. Como salários e juros entram na composição do Produto a Custo de Fatores, imaginar que, com a simples exoneração dos impostos indiretos sobre os bens exportados, se alcançará uma competição isonômica no comércio internacional não passa de um raciocínio de lapidar ingenuidade macroeconômica.

Outro sofisma na defesa do imposto sobre o valor agregado é a **presunção da veracidade**, implícita na natureza declaratória do imposto. A decantada presunção da veracidade dos papéis e registros escriturais, implantada no Brasil durante o governo Figueiredo, deixou, como herança cruel recaindo sobre o sistema financeiro, um número incalculável de contas fantasmas (fala-se em mais de um milhão de contas, mas só o resultado do recadastramento de depositantes exigido pelo Banco Central poderá aclarar tal número). O sistema de créditos do ICMS tornou-se uma fonte permanente de demandas (e, portanto, de evasão de impostos), entupindo literalmente o Conselho de Contribuintes e o Poder Judiciário de procedimentos cujo deslinde nunca ocorre antes de muitos anos, com polpidos lucros para os inadimplentes e sonegadores graças ao descompasso entre as taxas de juros do mercado financeiro e a mora exigida, por exemplo, no Estado do Paraná.

Supor que todas as compras efetuadas pelo contribuinte gerem créditos fiscais equivaleria a abrir, ingenuamente, as portas do Tesouro para financiar todos e quaisquer gastos que as empresas arbitrariamente resolvessem acolher em sua contabilidade, desde os "fringe benefits" usuais aos diretores até as mais extravagantes despesas de terceiros. Criar-se-ia automaticamente mais um mercado, além daquele de notas fiscais que hoje já se combate: seria o mercado da venda de créditos por empresas com algum ICMS ainda por recolher.

Além disso, engenhosos mecanismos de vendas interestaduais têm causado perdas consideráveis a alguns Estados, e o próprio Paraná vem sendo vítima de transações dessa natureza deflagradas sob as asas dos incentivos fiscais dados por alguns Estados cujo ônus acaba recaindo sobre o Paraná, sem que o nosso Estado possa defender-se a menos que fira as "sagradas regras constitucionais" que protegem o ICMS e que são sempre invocadas pelos consultores contratados para defender tais empresas.

O pior de tudo é que o universo dos verdadeiros contribuintes se estreita cada vez mais e as alíquotas obviamente mantêm-se altas. Vivemos, portanto, num mundo de ilusões tributárias. Todos fingem que pagam impostos, mas só alguns efetivamente o fazem (na maioria, assalariados). Todos condenam a sonegação, mas a maioria sonega. Os especialistas conseguem polpidos honorários (cujo pagamento é possibilitado pela elisão), os sonegadores ampliam suas margens de lucros, enquanto os salários reais mantêm-se aviltantes, os problemas sociais se ampliam, a fome (sempre invisível) se alastra e a criminalidade se amplia, obrigando as classes médias e altas a se recolherem a guetos de auto-proteção física, num país generosamente dotado de riquezas naturais, mas pobre de cidadãos e de estadistas.

Porque não é este o país dos meus sonhos, porque acredito que não há justiça social sem o primeiro requisito da justiça fiscal e tributária, e que apresentei ao CONFAZ uma proposta de reforma fiscal e tributária bastante provocativa, mas cuja viabilização só poderá ocorrer no âmbito de uma reforma constitucional. Mesmo que neste ano não se faça nada além de um ajuste cosmético nos impostos, tenho a esperança de que o assunto não morrerá, porque as idéias possuem energia própria e não há quem possa controlar a sua propagação quando se assentam em valores profundamente enraizados em nossas mentes e em nossos corações.

* Miguel Salomão é secretário da Fazenda do Paraná

Veja aqui o mapa da guerra fiscal entre estados

	AC	AL	BA	CE	RS	SC	SE	TO	GO	MA	MG	PB	PR	PE	RR	RN
Condição	Promover o desenvolvimento industrial	Incrementar o desenvolvimento social	Diversificar a malha industrial	Promover as atividades industriais	Implantar e expandir novos projetos industriais	Implantação de novo empreendimento	Incentivar o desenvolvimento industrial	Apoio ao desenvolvimento industrial	Desenvolvimento industrial	Promover as atividades industriais	Implantação de unidade industrial no Estado	Estimular a implantação de atividades industriais	Implantação de novas indústrias	Apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial	Implantação de empreendimento produtivo	Incremento às atividades industriais
Prazo	Até 6 anos	Até 5 anos	Até 6 anos	De 6 a 10 anos	8 anos	Até 10 anos	Até 10 anos	Variável	Até 10 anos	Até 7 anos	De 5 a 8 anos	Até 10 anos	3 anos	Até 10 anos	5 anos	Até 10 anos
Valor	75% do ICMS recolhido	De 100% a 70% do ICMS a ser recolhido	De 50% a 75% do ICMS a ser recolhido	Até 100% do ICMS a ser recolhido	Devolução de até 60% do ICMS recolhido	De 75% a 40% do ICMS recolhido	De 80% a 70% do ICMS recolhido	De 70% do ICMS a ser recolhido	Até 70% do ICMS recolhido	Até 75% do ICMS a ser recolhido	Até 50% do ICMS a ser recolhido	De 52,5% a 75% do ICMS a ser recolhido	Até 80% do ICMS a ser recolhido	De 80% a 70% do ICMS a ser recolhido	De 75% a 40% do ICMS a ser recolhido	De 60%, 50% e 30% do ICMS limitada a 10% do faturamento
Carência	5 anos	2 anos	3 anos	Não há	Não há	5 anos para cada ano	2 anos	Não há	Não há	5 anos	1 ano	Não há	3 anos	2 anos	5 anos	2 anos
Encargos	6% ao ano	70% das taxas de mercado	Não há	Não há	Não há	Não há	Taxa de administração de 5%	9% ao ano	12% ao ano	Não há	Comissão de 2,5%	6% ao ano	Não há	3%	Não há	12% ao ano
Correção monetária	50%	100%	100%	100%	Não há	100%	50%	20%	25%	100%	100%	30%	100%	100%	100%	50%
Redução da correção monetária	•	Não há	De 50% até 12,96 e 40% até 12,98 sobre o valor devido	Não há	Não há	Não há	•	•	•	Não há	De 18% a 50% conforme a localidade	•	Não há	Não há	De 40%	Não há
Garantias	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais	Reais

Fonte: Revista Políticas de Apoio à Indústria (CNI) - Publicado na Gazeta Mercantil 12/06/95.

* Extraído do SINAFRESP

AFFEP

As idéias do Paraná

Durante a reunião do GT-47, do Conselho Nacional de Política Fazendária, realizada em Curitiba, o grande vencedor foi o Paraná que através de idéias brilhantes aprovadas pelo Governo do Estado e apresentadas, na ocasião, pelo secretário da Fazenda, Miguel Salomão, mereceram aplausos dos representantes do governo federal e secretários da Fazenda de vários Estados. Tudo visa, conforme palavras do próprio Salomão "o restabelecimento da justiça social no país". Ele entende que é preciso reescrever de novo a política tributária "pois

não podemos mais fingir que não há sonegação e que não existe iniquidades no Brasil. Hoje vivemos num mundo de ilusão tributária", afirmou.

Entre as inúmeras propostas de mudanças apresentadas pelo governo do Paraná para a reforma tributária, os representantes do GT-47, apontaram como significativas, as que sugerem o uso de um método de arrecadação mais transparente e o fim da sonegação do imposto de renda e do imposto direto, incentivando o cidadão a exercer sua cidadania fiscal, com a criação de um imposto alternativo.

"Queremos acabar com a

guerra tributária entre os Estados; fortalecer o princípio federativo, afastando as disputas regionais; aumentar o número de contribuintes e, ao mesmo tempo, reduzir as alíquotas, os impostos e as contribuições especiais", explicou o Secretário da Fazenda, acrescentando que atualmente "há uma guerra invisível entre os cidadãos e uma guerra visível entre os Estados". Ele defende medidas urgentes no imposto de renda "e precisamos aceitar que a Constituição de 1988 tem erros sobre o assunto, persistindo, assim, na injustiça social". E observa: "a maior injustiça social começa

pela injustiça tributária que não é transparente". Outro dado oferecido durante a reunião é que hoje há 592 artigos regulamentando a lei de ICMS no país e o coordenador técnico do Confaz, Luciano de Souza, que representou o presidente do Conselho, destacou a retomada dos estudos sobre a edição da Lei complementar do ICMS, pelos Estados "pois esta Lei uniformiza o ICMS, evitando que cada Estado tenha sua própria legislação, simplifica o sistema e facilita a vida do contribuinte, acrescentando que as propostas de Salomão "se afinam" com o pensamento dele

NOTÍCIAS

É hora de pedir Nota Fiscal

e com objetivo de aumentar a arrecadação e conseqüentemente investir em obras sociais, principalmente na área educacional e conseqüentemente pagar melhores salários aos funcionários públicos estaduais, o governo do Estado lançou a Campanha "Cidadão Nota 10", já em andamento.

Na primeira fase da campanha, os postos de troca de notas e tiquetes de compra por cupons da promoção são todas as escolas das redes públicas estadual, sendo que as escolas municipais e particulares, estão sendo convidadas a participar. De posse do cupom, que depois deverá ser trocado nas agências Banestado (onde não

houver agência do Banestado nos Correios) e semanalmente concorrerá, pela TV, a Superpoupança Banestado no valor de R\$ 200,00 cada uma, num total de 10.

Os prêmios não param por aí. Junto com os cupons que estarão à disposição nas escolas, serão distribuídos selos que devem ser colados nas "Cartelas da Cidadania" - fornecidas pelas próprias Escolas. Quando esta Cartela estiver completa com 10 selos (isso acontece após a troca de 100 Notas Fiscais), o cidadão nota 10 volta a uma agência do Banestado, troca a cartela por uma camiseta exclusiva da campanha e automaticamente passa a concorrer a um automóvel Fiat UnoMille, 0 Km todo mês, com sorteios também pela TV.

QUADRO DE FISCAIS

O trabalho da fiscalização estadual será importantíssimo nesta campanha. O secretário da Fazenda, Miguel Salomão disse que com o aumento da arrecadação, o Estado poderá reduzir alíquotas, criar novos empregos, beneficiar empresas e pagar melhores salários aos seus servidores. Desta forma, houve uma ampliação de 700 para 1200 fiscais no quadro da CRE. Segundo seu Diretor, Reni Pires "em pouco tempo, a arrecadação deverá aumentar e nessa empreitada o Cidadão Nota 10 é o mais valioso parceiro".

SAFITE

JUNHO/
JULHO/95

Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Pública

A Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares em defesa da Previdência Pública, foi constituída em 23.03.95, com o propósito de lutar contra a proposta de reforma constitucional da Previdência Social apresentada pelo governo, defender a seguridade social pública, exigir a instalação de uma auditoria pública nas contas da Seguridade Social e discutir as reais dificuldades do sistema de seguridade social sob a ótica dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.

Dentre outras atividades, a Frente instalou, no dia 23.03.95, o Fórum Permanente da Frente com o objetivo de discutir, amplamente, os rumos da Previdência Social no país, para aperfeiçoá-lo e viabilizá-lo segundo modelo mais adequado à cidadania e sustentável pela sociedade, propondo mudanças que reflitam o interesse da população, com espírito público e sem açodamentos, sem dogmatismo e principalmente, sem interesses inconfessáveis.

O ato de instalação do Fórum ocorreu no Plenário da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, com a realização de um debate sobre o tema "A Memória da Previdência Social no Brasil", tendo como painalista convidado Ruy Brito de Oliveira Pedroza, Presidente do Conselho Diretor do IPROS (Instituto de Promoção Social), entidade vinculada à C.A.T. (Coordenação Autônoma dos Trabalhadores) e ex-presidente do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

Para dar sustentação administrativa e operacionalizar as decisões políticas a Frente constituiu uma Secretaria Executiva composta pelas seguintes entidades: ANDES (Sind. Nac. dos Docentes das Inst. do Ensino Sup.); FASUBRA (Fed. dos Sind. dos Trabalh. das Univers. Bras.); FENASPS (Fed. Nac. dos Sind. dos Trab. em Saúde); FENAVISP (Fed. Nac. dos Fiscais de Contrib. Previdenciária) e FENAFISCO (Fed. Nac. do Fisco Estadual).

Para coordenar os trabalhos desta Secretaria Executiva foi escolhido o companheiro Valter Veloso, representante da FENAFISCO no colegiado. A Secretaria já ultimou várias providências da Frente, dando dinamismo ao movimento.

No âmbito da FENAFISCO, o Conselho Deliberativo reunido em Brasília, no período de 05 a 08 de junho corrente, deliberou que a Federação dará plantão permanente, em forma de escala, em Brasília, dando amplo apoio, com recursos humanos, à Frente, com a presença de companheiros encaminhados pelos Sindicatos filiados.



Roberto Piekarczyk (presidente do Sindicato de Lima, presidente da FENAFISCO)

A participação do Paraná

FENAFISCO

Como já informamos, em edições passadas, o Fisco do Paraná, através de nosso Sindicato, voltou a ter uma participação efetiva na FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, atualmente com sede em Brasília-DF.

De 05 a 08 de junho do corrente, realizou-se em Brasília, a 30ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, onde estiveram presentes os presidentes de Sindicatos de Agentes Fiscais de 22 Estados.

O Paraná esteve representado pelo Presidente do SAFITE, ROBERTO APARECIDO PIEKARCZYK e pelo presidente da Comissão Sindical da 1ª DRR., PLÍNIO ROGÉRIO Buseti, estando ausente, justificadamente, o Presidente da AFFEP, Sr. FERNANDES DOS SANTOS, que esteve presente em todas as outras ocasiões.

A FENAFISCO é a entidade que representa os Agentes Fiscais de Tributos estaduais a nível de Brasil e, a partir de março do corrente, com a eleição e posse da nova Diretoria, encabeçada pelo colega JOSÉ ANTONIO PINTO DE LIMA, de São Paulo, começou uma fase de reestruturação, visando adequá-la às necessidades dos Sindicatos filiados, cumprindo seu objetivo de apoio aos Fiscos Estaduais.

Diversos foram os assuntos discutidos, podendo destacar a reforma constitucional e a formação sindical (adiante transcrevemos, na íntegra, a pauta da Reunião).

Um dos objetivos da participação da nossa Entidade é a aproximação com os representantes dos demais Esta-

dos, visando a melhoria das características do mesmo.

Com

1) A Constituição tendo sido analisada e discutida com os membros do Conselho.

2) A importância do trabalho dos Agentes Fiscais de Tributos em quadros de trabalho, visando a melhoria dos esforços para a formação dos filiados.

Discutiu-se o Projeto Básico dos Agentes Fiscais de Tributos.

A reunião foi presidida pelo Sr. João Brito, com a participação de todos os membros.

3) Resolva-se o Projeto Básico dos Agentes Fiscais de Tributos, que é um dos pontos em discussão do Conselho de Comu-



...); Valter Veloso (diretor financeiro da FENAFISCO); José Antonio Pin... e Plinio Rogerio Buseti, presidente da Comissão Sindical da 1ª DRR.

Uma pauta bem elaborada

A 30ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, realizada em junho, teve importantes assuntos em debate conforme pauta. Um dos palestristas, João Brito de Oliveira Pedroza, falou sobre o Desenvolvimento Orgânico da FENAFISCO, seguido de debates. A origem do Sindicalismo teve como base o objetivo de fundamentar a elaboração de uma proposta de formação para o movimento sindical do fisco estadual, com apresentação, na oportunidade, de vídeo e discussão. Para o Presidente do SATIFE, Roberto Piekarczyk, "o mais importante

nestas reuniões à nível nacional é a oportunidade de contatar com representantes de outros Estados quando sentimos a situação do fisco e podemos melhorar a qualidade de trabalho e de salário". Também foi debatido o Diagnóstico do Movimento Sindical nos Estados, além do tema Comunicação: Estratégica e Prática, objetivando despertar o grupo para a importância da comunicação na construção organizacional. Um dos assuntos mais importantes e atuais abordados na oportunidade, foi a Reforma Constitucional, quando aprofundaram-se os debates e as diretrizes da "Carta de Princípios" da FENAFISCO, aprovando-se

recomendações específicas para entidades no tocante à Reforma. Também foi apresentada a respeito do Sistema Previdenciário, a proposta do governo, a proposta do Mosap e o relato sobre as ações da frente parlamentar. Dentro do mesmo tema - Reforma Constitucional - a 30ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, abordou também o Sistema Tributário (Carta de Princípios, Proposta do Dep. Luis Roberto Ponte e documento do economista José Roberto Afonso) e a Reforma do Estado, abordando-se documento do Ministro da Administração, Luiz Carlos Bresser Pereira.

FISCO

* Roberto Piekarczyk
Presidente do Safite

...a troca de informações, pois cada Estado, ... Tributos Estaduais, possui características, com soluções diferenciadas para um ...

... resultado do evento, podemos destacar:

... participação do Fisco Estadual, na reforma da ... está sendo feita através da FENAFISCO, ... um "Fundo de Mobilização", para ar ... despesas. Os posicionamentos a serem defen ... deração, foram discutidos e aprovados pelo ...

... or deficiência que se constata hoje no mo ... cal brasileiro e, especialmente no dos servi ... s, é a pouca importância dada à formação ... rrigentes. Para isso a FENAFISCO envidará ... entido de contratação de um profissional, ... ção de novos quadros para os Sindicatos fi ...

... e foi aprovado a definição de um "Curso ... mação Sindical", para aplicação nos Esta ...

... de Brasília foi monitorada pelo Professor ... e Oliveira Pedroza, aposentado da USP, ... nas áreas de sociologia, psicologia e filo ...

... ar a importância da atividade profissional ... cal, com ênfase na função social do Tribu ... lho que começa a ser implementado. Para ... o estudada a contratação de uma assessoria ... ção/Imprensa, para divulgação aos diversos ...

setores da sociedade, das atividades e responsabilidades da Classe Fiscal Brasileira.

4) A FENAFISCO e as Entidades filiadas não podem restringir suas atividades às reuniões da cúpula dirigente, sendo importante e indispensável sua inserção na sociedade e sua atuação como uma força política capaz de intervir nas decisões do poder. Para tanto precisa ser reconhecida como força social viva e politicamente organizada.

Dessa forma a promoção de eventos, tais como seminários, simpósios, cursos, etc. é de suma importância. Através deles, conseguiremos ampliar significativamente o leque de participantes e atuar junto a sociedade, através de espaços nos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que daremos seqüência à política de formação teórica da Categoria.

Estas são as considerações principais a serem destacadas, no âmbito formal da reunião.

Paralelamente ao evento, tivemos visitas ao Congresso Nacional, para contatos com os Deputados de cada Estado.

Estivemos reunidos com os Srs. LUIZ CARLOS HAULY e MAX ROSENMAN, membros da sub-comissão da Câmara, que discute a reforma tributária.

Podemos constatar que é pequena a preocupação com a Emenda "Ponte". Aquela que prevê a centralização da Tributação, Fiscalização e arrecadação de Tributos nas mãos do Governo Federal e o fim dos Fiscos Estaduais. Vale lembrar que essa Emenda é de autoria do Deputado Federal, pelo Rio Grande do Sul, Sr. Luis Roberto Ponte, um empresário-empregado obstinado e inconseqüente.

Juntamente com o Presidente do Sindicato do Rio Grande do Sul, mantivemos contato também, com o Deputado JARBAS LIMA - RS, tratando da reforma da previdência e administrativa.

Em relação à reforma administrativa, o principal ponto é o da estabilidade, que nos casos das funções de Estado, na qual nos inserimos, ficará sem modificações, apesar de que a Emenda ainda não foi encaminhada.

Já no caso da Previdência a situação é de preocupação, motivando-nos a incrementar a luta para manutenção das conquistas sociais, obtidas na Constituição de 1988. O trabalho é árduo, pois o Governo lança mão de todos os meios, inclusive o da persuasão financeira, para ver aprovado seu plano para a Previdência. O projeto está, digamos, "engavetado", mas retornará tão logo o Governo efetive uma maioria duradoura no Congresso.

Os principais pontos negativos são: a) revogação do artigo 40, parágrafos 4º e 5º (que trata da vinculação do salário do inativo ao ativo - vide Notifisco "Edição Extraordinária"); b) idade mínima para aposentadoria.

A estratégica, nesses casos, é o convencimento dos Srs. Deputados Federais, para manutenção, inequívoca, dos direitos adquiridos, e está sendo feita através da participação em diversos movimentos de Servidores Públicos. A FENAFISCO participa da "Frente Parlamentar e de Entidade Cívica e Militares em Defesa da Previdência Pública", defendendo interesses específicos dos servidores públicos (veja matéria nesta edição).

Em rápidas palavras esse é o resumo da participação do SAFITE, na reunião do Conselho Deliberativo da nossa Federação.



Fernades dos Santos

A AFFEP está mudando para melhor. Esta é a conclusão que se chega, após os primeiros seis meses de gestão da atual diretoria da entidade, pois o que estamos afirmando é baseado em fatos reais e concretos. Utilizando muito dinamismo e inovação, o presidente Fernades dos Santos, montou uma equipe de trabalho que está verdadeiramente empenhada em fazer da AFFEP a principal entidade da classe fiscal do Sul do País. Senão vejamos. Na área de informatização, foram adquiridos 6 computadores (1 Micro 486, DX2, 66 MHZ, HDD 540 que está sendo utilizado como servidor da rede; 4 Micros 486 SX 33 MXZ e 1 micro 386 DX, utilizados como estações).

Na mesma área, foram adquiridos 6 impressoras (1 jato de tinta, HP 500 colorida e 5 matriciais Epson LX - 300), 7 nobreaks e instalou-se também a rede Novell 2.15. Em resumo: na nossa sede, em Curitiba, estamos trabalhando com 8 micros de mesa, 1 laptop e 8 impressoras (5 matriciais, 80 colunas; 1 matricial, 132 colunas; 1 jato de tinta e 1 laser). Neste trabalho de modernização é importante destacar que contamos com a

Seis meses de muito trabalho e modernidade

colaboração dos Agentes Fiscais, Noerci Carlos Crepaldi, que cedeu o software para controle bancário e Ricardo Costa Schuler, que executa instalação do programa de rede Novell 2.15, ambos da 9ª DRR - Maringá.

É importante destacar que a informatização já chegou à Tesouraria, estando boa parte dos controles informatizados. No setor de reservas, estamos cadastrando os títulos dos cotistas e pretendemos estar com tudo funcionando no início do período de reservas da Colônia de Férias, no dia 15 de agosto. No cadastro dos associados, os servi-

ços estão na fase de conclusão e no setor de patrimônio, o trabalho teve início.

Os investimentos nestes primeiros 6 meses de gestão, atingiram também a nossa sede campestre, em Curitiba. O campo de Futebol Suíço, encontrava-se destruído e tendo em vista antiga reivindicação do quadro social, principalmente na Capital (50% no total dos associados da AFFEP, entre ativos e inativos), o Conselho Deliberativo, após examinar nossa proposta, aprovou a construção de um novo campo, reforma dos alambrados e revisão na

iluminação do ginásio de esportes.

Os trabalhos estão concluídos e dentro em breve inauguraremos o novo campo.

Na sede de Curitiba, instalamos uma nova central telefônica NUTRON 12.000 STI - que substituiu o sistema existente. Com o sistema atual, há possibilidade de monitoramento todas as ligações efetuadas ou recebidas, permitindo reduzir consideravelmente as despesas com gastos de telefone, além, é claro, de tornar eficiente o atendimento aos associados e demais usuários da AFFEP.

Ainda na sede administrativa de Curitiba, a nova Diretoria investiu no processo de reestruturação, procedendo-se reformas em algumas salas e, principalmente, substituído todos os móveis - os antigos foram doados a uma instituição de caridade.

Atendimento melhor, num ambiente de maior conforto e arejado, aos nossos funcionários, dentro da máxima de que "se exigimos do governo melhores condições de trabalho, temos que começar dando o exemplo pela nossa casa", conforme frisa o presidente Fernades dos Santos.

"A tarefa é árdua, mas chegaremos lá.

O futuro bem perto
da AFFEP e dos associados"

FERNADES DOS SANTOS

GUARATUBA

Da mesma forma, estamos dando especial atenção a diversas melhorias na Colônia de Férias de Guaratuba. Reforma do parque infantil, troca de azulejos da piscina, reforma da suíte (em andamento) e a tão solicitada modificação no campo de futebol suíço, do qual estamos trocando os postes de concreto de iluminação por postes de ferro galvanizado redondo, colocando-os por fora do alambrado o que permite um aumento de 1,60 m a largura. Assim, o banco de reservas e o local para o mesário foi para após o alambrado, mais próximo do campo de jogo. Também, em andamento, estão sendo executados serviços de melhorias na ilu-

AFFEP fez acordo, e pagou R\$ 1.000,00 em março/95 e foi encerrada a ação;

3 - ANTUM LUIZ ANTUM (Gerente do Rota do Sol) - Reclamatória trabalhista nº 10.166/92, tendo sido penhorado da conta bancária da AFFEP a importância aproximada de R\$ 24.000,00 (atualizado) em 30/11/93; em 16/12/94 foi penhorado um automóvel Logus, ano 1994, avaliado em R\$ 27.964,83, sendo determinada sua remoção em 18/5/95 e, para que não ocorresse a remoção do veículo fizemos uma proposta de parcelamento ao juiz a qual aguardamos o resultado e, em 3/5/95 foi penhorado da conta corrente da AFFEP a importância de R\$ 6.789,12.

"Piscina, campo de futebol suíço,

postes de canos galvanizados

e reformas de suítes, estão na pauta"

minação.

AÇÕES TRABALHISTAS

A AFFEP traz de seu passado diversas ações trabalhistas, as quais começam agora a chegar a seu final. Além destas, tivemos os acordos feitos extrajudicialmente por dispensa de funcionários que não foram registrados na época própria, das quais citamos as seguintes:

1 - CLAUDINEIDE OLIVEIRA RAMOS (Cobrador) - Reclamatória Trabalhista nº 8.78/90, na qual a AFFEP foi condenada a pagar R\$ 7.101,11 em março/95 e foi encerrada a ação;

2 - ELIZABETH DO CARMO (Telefonista) - Reclamatória trabalhista nº 21.680/93, na qual a

Esgotados todos os recursos jurídicos possíveis, só resta a AFFEP liquidar a reclamatória que chega hoje a quase R\$ 60.000,00;

4 - JOSÉ MARÇAL KAMINSKI (Teseiro) - Acordo amigável, correspondente ao FGTS e férias do ano de 1992, no valor de R\$ 2.464,90 e direitos referente a rescisão contratual no valor de R\$ 3.649,93, no montante de R\$ 6.114,90;

5 - JOÃO ANTONIO DA CRUZ (Advogado) - Autos nº 7.274/95, foi feita uma composição amigável no valor de R\$ 10.000,00, correspondente ao período de aproximadamente 8 anos que prestou serviço à AFFEP e seus associados sem registro, encerrando-se a ação em junho/95.

"Central telefônica (Nutron 12.000 STI)

deu nova dinâmica na

sede de Curitiba".

SE LIGUE

Colônia de Férias de Guaratuba abre reservas dia 14 de agosto

Um lembrete importante aos nossos associados: as reservas para utilização da Colônia de Férias de Guaratuba, para a temporada de verão 95/96, estarão abertas a partir do dia 14 de agosto.

Estarão sendo feitas, exclusivamente, com a Denise ou Mariúce, pelo fone/fax (041) 223-7414. Alertamos que só frequentarão a Colônia de Férias, os associados que efetuarem as reservas.

Consórcio de Microcomputadores e Veículos

A AFFEP estará implementando em breve consórcio e leasing de microcomputador e também de veículos destinados a seus associados. Estamos mantendo contato com grandes revendedores de equipamentos de informática para viabilizar estas aquisições com melhores preços. Inclusive já contactamos o Banestado para quem tiver interesse no leasing.

LEASING DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

No sistema leasing, o contrato será feito com a AFFEP que repassará os equipamentos para os associados, possibilitando a entrega de imediato. Exemplo fornecido pelo Banestado para o financiamento de um equipamento no valor de R\$ 2.500,00.

Equipamentos IBM: - 36 meses = 89,03 + TR
- 24 meses = 123,59 + TR
Outros equipamentos: - 24 meses = 148,72 + TR

CONSÓRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A AFFEP irá administrar o consórcio, formando grupos de 12, 24 ou 36 meses, de acordo com o interesse dos associados, efetuando a entrega de um equipamento por mês, por sorteio, com taxa de administração de 1% aproximadamente (cobertura dos custos operacionais).

CONSÓRCIO DE VEÍCULOS

A AFFEP irá administrar o consórcio, formando grupos de 12, 24 ou 36 meses, de acordo com o interesse dos associados, efetuando a entrega de um veículo mês, por sorteio, com taxa de administração de 1% aproximadamente (cobertura dos custos operacionais).

ATENÇÃO

Se a você interessa participar de algum destes grupos, entre em contato com a AFFEP, pelo telefone (041) 223-7414, no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00, falar com Marcos Liebel para efetuar sua pré-inscrição e para maiores informações, impreterivelmente até o dia 31/07/95. A partir desta data estaremos constituindo os grupos. Participe!!!

Horário de expediente da AFFEP - Sede

Informamos aos associados que o horário de expediente da AFFEP - Sede é das 8h30 às 12h00 e das 13h30 às 18 horas de segunda a sexta.

NOTÍCIAS

1ª DRR facilita vida do contribuinte

A Coordenação da Receita do Estado, oferece aos contribuintes a oportunidade de através dos telefones 222-8471 e 322-2894, tirar dúvidas a respeito de tributos estaduais. Os dois telefones funcionam de 2ª a 6ª feira, no horário de 8h30 as 11h30 e das 13h30 as 17h30.

A colocação deste serviço já funcionando na 1ª DRR, atende a uma antiga reivindicação dos contribuintes que agora não precisarão passar horas e horas nas filas para obterem informações. A Delegacia Regional da Receita em Curitiba observa que até que o serviço fique bem conhecido pelo usuário, 28 funcionários estarão no Plantão Fiscal para atendimento. Cada um ocupa uma sala e as consultas são demoradas por

que as informações, em alguns casos, demandam tempo. O chamado Plantão Fiscal, que já atendia ao contribuinte, é ampliado e segundo o Delegado da 1ª DRR, ao mês atende a 3 mil consultas, principalmente sobre as alterações das Leis, pois a regulamentação dessas leis totaliza 900 artigos, passíveis de mudança, que acabam se tornando complicadores aos contabilistas das empresas, frisa João Moacir Geonedis. O mesmo serviço está à disposição dos contribuintes na Rua da Cidadania, no Terminal do Carmo, que atende a uma das regiões mais populosas da cidade e com centenas de indústrias e do comércio em geral. Nos próximos dias começa a funcionar o Posto Avançado na Rua da Cidadania no bairro do Portão.

Convênios

TICKET ALIMENTAÇÃO - Uma boa notícia aos associados: firmamos convênio com a Eat Alimentação, empresa do Grupo Amil, para fornecimento de (Ticket Alimentação e Refeição), extensivo a todos os associados, com prazo de 21 dias para pagamento após o recebimento. Os associados que tiverem interesse, devem entrar em contato com a AFFEP (041) 223-7414, falar com o sr. Marcos Liebel. Lembramos que os principais supermercados conveniados com o Eat, em Curitiba, são estes: Lojas Americanas, Brasão, Real, Mercês, Kusma, Paiol, Stall, Superfácil, Bacacheri, Coletto, Condor, Lembrasul, Parati, Rede Master, Coletão e Reis. Há ainda uma rede de supermercados conveniadas no interior do Estado. Ligue para obter maiores informações.

BARDDAL

Lembramos aos associados de Curitiba e região que continuam em vigor as bases do convênio firmado com o Colégio Barddal.

Descontos especiais aos associados da AFFEP e para obter maiores informações ligue para 223-7414.

SEGURO DE VEÍCULOS

A AFFEP firmou convênio com a LOSANGELES CORRETORA DE SEGUROS, através de seu sócio gerente, Antonio Lourival Melink, que a partir deste mês estará efetuando **SEGURO DOS VEÍCULOS** de nossos associados através de uma apólice coletiva da SUL AMÉRICA UNIBANCO, concedendo **DESCONTO DE 20%**.

Para maiores informações, ligue para (041) 224-2024 e 320-2007 e BIP 362-2213 aparelho 8214 - Lourival.

ECCO-SALVA, AFFEP E VOCÊ

A sua segurança e a de sua família são fundamentais para sua tranquilidade.

Foi pensando nisso que a ECCO-SALVA e a AFFEP firmaram convênio onde o maior beneficiário é você.

Com preços promocionais (VALOR DE R\$ 6,00 POR PESSOA), o **associado da AFFEP/SAFITE e sua família** podem contar com os serviços da ECCO-SALVA, a maior empresa de emergências da América, com mais de 11 anos de experiência.

A nossa central de Curi-

tiba funciona a mais de 2 anos. Nossas 15 UTIs móveis são dotadas dos equipamentos médicos mais completos e confiáveis, seguindo as mais exigentes normas internacionais que regem os serviços de emergências.

Agilidade, velocidade e cobertura 24 horas aos associados são os motivos do nosso sucesso.

Para maiores informações, ligue para ECCO-SALVA (Fones: 342-5858 e 242-5102, Edson ou Samuel).

PLANOS DE SAÚDE

O convênio AFFEP/AMIL já conta com mais de 500 pessoas, entre titulares e dependentes, em seu plano de saúde.

O convênio AFFEP/UNIMED já conta com mais de 1.000 pessoas, entre titulares e dependentes, em seus vários planos de saúde.

Associado da AFFEP, para sua segurança e de seus familiares, faça já sua adesão a um dos dois convênios, não deixe para amanhã, pois pode ser tarde.

Para maiores informações, ligue (041) 223-7414 - Marcos Liebel.

Fique por dentro

- Foi empossado recentemente o Conselho Diretor do Funrefisco que tem na presidência o Sr. Reni Ataíde Pires e na Secretaria Executiva, Evaldo Marcos Pavanato. Os membros que compõem o Funrefisco os companheiros João Ramos e Celso Ademir Chiquim, este último indicado pela Categoria. A comunicação do novo Conselho Diretor do Funrefisco foi feita através de ofício ao Presidente da AFFEP e uma das primeiras iniciativas é efetuar um levantamento junto as unidades regionais o que permitirá que o Programa de Trabalho do Fundo contemple as reais necessidades das bases operacionais, como é anseio da própria AFFEP.

- Com respeito a nota publicada na Edição Extra nº 91 do NOTIFISCO a respeito da aquisição de área de terras em Guaratuba, informamos que a referida compra foi efetuada pela Diretoria anterior da AFFEP.

Na referida área pretendemos promover a ampliação da Colônia de férias.

- Informamos aos associados e dependentes que o Dr. Douglas J.S. de Macedo, continua atendendo aos associados no consultório instalado na sede da AFFEP, em Curitiba. Também pretendemos ampliar os convênios no interior do Estado e neste sentido solicitamos empenho das regionais da AFFEP.

- Por ter aplicado uma multa por sonegação fiscal à Semp Toshiba, o fiscal José Ricardo Castro, da Secretaria da Fazenda do Amazonas, recebeu o prêmio de R\$ 469.433,04, cerca de 62 vezes mais que o salário do Governador daquele Estado. O pagamento do percentual sobre multas a fiscais, é permitido pela Constituição do Estado do Amazonas. Esta nota realmente merece registro.

- Podem ir aquecendo os motores, porque as Fiscalizadas deste ano, marcadas para o período de 11 a 15 de novembro, na Colônia de Férias de Guaratuba vão arrebentar a "boca do balão". Estamos dando, com isso o primeiro toque para que os colegas fiscais de todas as Delegacias Regionais intensifiquem seus treinamentos nas 13 modalidades em disputa. No próximo número do NOTIFISCO, todos os detalhes do maior evento esportivo envolvendo fiscais da receita do Sul do país.

AASSEFACRE, Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e Coordenação da Receita do Estado, entidade representativa dos fazendários do Estado do Paraná, fundada em 1988, foi criada com o objetivo de representar os interesses gerais de seus associados; bem como defender os interesses funcionais, trabalhistas e sociais e lutar pela melhoria das condições de vida dos mesmos, sendo a entidade máxima de representação dos fazendários junto a Secretaria da Fazenda e outras entidades representativas.

Recentemente assumimos a presidência da Associação e estamos conscientes da árdua tarefa que nos aguarda, sabemos as dificuldades que enfrentaremos para resgatar os benefícios conseguidos e perdidos ao longo do tempo. Pretendemos recuperar a imagem da Associação e firmar o conceito de organização representativa, para podermos assim ser merecedores do respeito que nos é devido.

Embora tenhamos passado por um período de estagnação, devemos deixar de cobrar o passado, para que com otimismo, participação e maturidade, consigamos criar condições de poder mostrar, primeiro a nós mesmos, e depois aos outros, nossa capacidade de organização e competência.

A desorganização, o desânimo e a omissão são

tas a todos que comungam de nossas idéias e ideais, e pedimos que venham somar conosco, nessa jornada agora iniciada. A participação é elemento fundamental no sucesso de nossas pretensões.

Não prometemos milagres; nos comprometemos

tomar decisões precipitadas que acabam por frustrar nossas pretensões.

Juntamente com a nova Diretoria que ora assume, levantamos como bandeira, a criação de um Quadro Próprio de Apoio Administrativo Fazendário, junto à Coordenação da Receita do Estado. Não pediremos somente por pedir; demonstraremos a necessidade estrutural de tal empreendimento, através de sugestões na solução de problemas ora existentes, os quais a exemplo de outros Estados, foram solucionados através da modernização de seus quadros funcionais.

Para que essa modernização se concretize já contamos com o apoio da AFFEP e SAFITE, entidades as quais através de seus presidentes vêm demonstrando clareza de visão gerencial moderna e progressista, nos mantendo as portas sempre abertas para o diálogo e entendimento.

A idéia está lançada, a semente é boa, o terreno é fértil, cabe a nós cultivar para bons frutos colher.

Novos caminhos

apenas a trabalhar em torno de objetivos possíveis de serem atingidos; não enganaremos aos outros, nem a nós mesmos, em torno de utopias inatingíveis, porém nunca deixaremos de lado a ousadia na apresentação de projetos que julgarmos realizáveis, com coragem e determinação defenderemos as propostas por nós idealizadas.

Não pedimos paciência e sim consciência, pois a ansiedade e o imediatismo, nos levam muitas vezes a

provas irrefutáveis de incompetência; só através da união de todos em torno de um planejamento consolidado, conseguiremos atingir os objetivos a que nos propomos. Para isso necessitamos primeiramente nos estruturar e dar condições aqueles que na linha de frente travarão o bom combate.

Estamos de portas abert

Renato Luiz Koladicz
ASSEFACRE - Presidente

Mutirão associativo

A Diretoria da ASSEFACRE, está promovendo mutirão associativo. Conforme chamamento, o associado deve demonstrar interesse, ser participativo para que responsabilidades possam ser divididas.

A filiação como associado é importante. A ASSAFACRE está com atendimento provisório à Rua Teixeira Soares 600/22, Água Verde, Curitiba-PR CEP 80.240.440, com telefone (041) 243-4314

A NOVA DIRETORIA - 95/97

DIRETORIA

Presidente
1º Vice-presidente
2º Vice-presidente
Secretaria Geral
1ª Secretária
Tesoureiro Geral
1º Tesoureiro
Diretor de Patrimônio
Diretor Técnico
Diretor de Esportes
Dir. de Assat. Social
Dir. Sócio-cultural
Dir. Relações Públicas

Renato Luiz Koladicz
Walter Luiz Mafrá
Helena Maria M. de Moraes
Hilda Schlumperger
Gina Graça de Guarda
Renato Thadeo Jr.
André Carvalho Munis
Ivo Amadei - Antonio B. Amaral Ribas
Marcia Tereza Klisiewicz
Edeonir Corrêa
Soeli do Rocio Rano Fernandes da Silva
Célia Maria Castagana - Pascoal R. Bozza
Viviane Isabel Berri

DIRETORES REGIONAIS

Sonia Baraniuk - Ingrid Ramihdt
Edson Luiz Blanck - João Orlando Martins
Rui Vieira - José Ferreira de Almeida
Eroni Raulino Scociação - Pedro A. Nardi
Valter Canteri - Juarez Martins
Adalgisa Tuset - Antonio C.L. Pinheiro
Ari Karan
Mauro Mariano de Queirós - Laertes Romanini
Solange Galil Maldi - José Theodoro
Edmilson S. Gusmão dos Anjos - Valter Tibério
Emilia Suzuki Piai - João Alexandre Bezerra
Amilton Gazola - Arnaldo Antonio Braz
Nilton Moreira de Castilho
Francisco Thomé Navarro - Vitorio José Pavesi
Ana Maria Cilesa - Ademar
Luciano Ribeiro Ayres
Wagner Fabiano - Antonio José dos Santos
Marlene de Jesus Otmo - Luiz A. Cicarelo

SEFA
CRE
1ª DRR
2ª DRR
3ª DRR
4ª DRR
5ª DRR
6ª DRR
7ª DRR
8ª DRR
9ª DRR
10 DRR
11 DRR
12 DRR
13 DRR
14 DRR
15 DRR
16 DRR

Curitiba
Curitiba
Curitiba
Curitiba/MTPO
Ponta Grossa
U. da Vitória
Guarapuava
Jacarezinho
C. Procópio
Londrina
Maringá
Paranavai
Umuarama
Campo Mourão
Caçovel
Pato Branco
Apucarana
Paranaguá

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Antonio Woss; José Lazaro de Camargo; Amauri de Oliveira Mello

Suplentes: Gilberto Stefanello; Luis Carlos Natal; João M. T. de Lima Jr.; Carlos Alberto Frangullys

NOTÍCIAS

SAFITE

JUNHO/
JULHO/95

“Pedra no sapato”

Governo “esquece” decisões do Supremo e redutor “incomoda”

“Através de ações na Justiça, os fiscais poderão ter seus direitos respeitados pela Constituição. Decisões do Supremo têm sido relegadas a segundo plano pelos Governos Estaduais”. Até quando?

O Redutor Salarial tem sido uma “pedra no sapato” dos agentes fiscais, não só do Paraná mas de outros Estados brasileiros. E inúmeras decisões do Supremo Tribunal Federal acerca do redutor salarial tem sido esquecidas, abandonadas e ignoradas pelos Governos Estaduais.

Tem dito, por exemplo, o STF, o seguinte: “Impõe-se ressaltar, no entanto, que as retribuições pecuniárias devidas ao servidor público em razão de circunstâncias de ordem pessoal ou de caráter funcional (natureza ou local de trabalho) não se

incluem no Cômputo geral da remuneração para efeito de incidência do ato constitucional” (Diário da Justiça), Seção I, nº 197, de 17/10/94, páginas 27838/27839). Ainda nesta mesma decisão foi afirmado: “Sucede que, em recente decisão plenária, o STF (venido um só de seus juízes), ao apreciar Recurso Extraordinário nº 141.788 e dando interpretação combinada ao artigo 37, XI, ao inciso XII do mesmo artigo e ao artº 39 § 1º, também da Constituição, ficou entendido de que, ao teto em questão são imunes as vantagens de caráter individual, ainda que incorporadas”

(Diário da Justiça, Seção I nº 197-17/10/94, Páginas 27838/27839). Ainda abordando o mesmo assunto, o DTF, quando julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 14 (RDA nº 178/89 - Páginas 49/55), fixou igual entendimento, segundo o qual, exclui-se do limite previsto no Artigo 37, XI da Constituição, as parcelas de caráter individual ou pessoal e as relativas à natureza ou local de trabalho. “Na prática, isso resulta no seguinte, segundo entendimento do STF: um funcionário público do Poder Executivo pode legalmente receber acima de R\$ 6.000,00, desde que

na soma dos vencimentos estejam compreendidas vantagens pessoais e vantagens relativas à natureza do trabalho. Isso dá uma interpretação de que o limite não é absoluto. As entidades vêm recebendo material de outros Estados a respeito da polêmica do redutor salarial e estamos com ações na Justiça, como todos sabem, pois só através dela poderemos exigir que direitos garantidos pela Constituição, sejam respeitados, embora o Poder Executivo teime em não respeitar a própria Constituição e as decisões já definidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Reuniões nas regionais garantem atendimento

O entrosamento entre o SAFITE e a AFFEP, tem sido uma constante na atual administração das duas entidades. Em função disso, reuniões setoriais em cada Regional tem sido uma constante, sempre em busca do entendimento e o melhor para a classe fiscal do Estado.

Um exemplo disso é que estamos colhendo dados importantes em cada uma dessas reuniões já realizadas com os funcionários da

1ª DRR, 3ª DRR, 4ª DRR, 5ª DRR, 6ª DRR, 8ª DRR e 9ª DRR. Segundo o presidente do SAFITE, Roberto Piekarczyk “usamos a metodologia das explicações dos acontecimentos e atividades das entidades, no caso o SAFITE e a AFFEP e após abrem-se discussões para a plenária, quando os fiscais têm oportunidade de opinar.” O objetivo dessas discussões com

a classe, visa debater melhores condições de trabalho; as questões salariais, a importância da participação das bases nas entidades classistas, o fortalecimento do Sindicato e Associação, além das questões administrativas que envolvem os agentes fiscais, entre outros assuntos. Conforme análise do presidente da AFFEP, Fernandes dos Santos, “os resultados dessas reuniões são

excelentes, pois temos em mãos dados que revelam os problemas e as dificuldades de cada Regional e com isso aumentamos em muito o nível de entendimento entre toda a classe”, avalia. Nos próximos dias, novas Delegacias Regionais receberão a visita do SAFITE e AFFEP, sendo que as duas entidades pretendem manter a periodicidade de realizar uma reunião a cada três meses, em cada Delegacia.

NOTIFISCO

Sindicato dos Agentes Fiscais de Tributos Estaduais do Estado do Paraná

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1994

ATIVO	
Ativo Circulante	
Caixa Disponível	R\$ 201,90 (D)
Banestado S/A - c/corrente	R\$ 1,00 (D)
Banestado S/A - aplicação	R\$ 2.402,96 (D)
Soma do Ativo Circulante	R\$ 2.605,86 (D)
Ativo Permanente - Imobilizado	
Móveis e Utensílios	R\$ 5.525,87 (D)
Aparelhos Telefônicos	R\$ 28,77 (D)
Acervo Bibliotecário	R\$ 10,18 (D)
Veículo	R\$ 12.781,43 (D)
Microcomputador/Periféricos	R\$ 3.034,11 (D)
Soma do Ativo Permanente - Imobilizado	R\$ 21.380,36 (D)
Total Geral do Ativo	R\$ 23.986,22 (D)

Curitiba-Paraná, 31 de Dezembro de 1994.

ROBERTO APARECIDO PIEKABCZYK
R.G. 1.327.522-0
PRESIDENTE

MAURO SÉRGIO MICHELIN
R.G. 827.836-9
TESOUREIRO

EUCLIDES LOCATELLI
CONTADOR-CRC-PR 16.502
CPF. 070.371.200-49

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1994

PASSIVO	
Passivo Circulante	
Aluguel de Imóveis a Pagar	R\$ 105,00 (C)
Conta de Telefone a Pagar	R\$ 89,78 (C)
I.N.S.S. a Recolher	R\$ 62,77 (C)
F.G.T.S. a Recolher	R\$ 20,40 (C)
Salários a Pagar	R\$ 157,00 (C)
Férias a Pagar	R\$ 207,09 (C)
Soma do Passivo Circulante	R\$ 642,04 (C)
Reservas Patrimoniais	
Déficit Exercícios Anteriores	R\$ 9,26 (D)
Valorização Monetária/Imobiliz.	R\$ 4.391,36 (C)
Superávit Ano Calendário 1.994	R\$ 18.962,08 (C)
Soma das Reservas Patrimoniais	R\$ 23.344,18 (C)
Total Geral do Passivo	R\$ 23.986,22 (C)

Curitiba-Paraná, 31 de Dezembro de 1994.

ROBERTO APARECIDO PIEKABCZYK
R.G. 1.327.522-0
PRESIDENTE

MAURO SÉRGIO MICHELIN
R.G. 827.836-9
TESOUREIRO

EUCLIDES LOCATELLI
CONTADOR-CRC-PR 16.502
CPF. 070.371.200-49

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1994
Demonstrativo do Resultado em 31 de dezembro de 1994

Recitas Mensalidades/Doações	
Mensalidades de Associados	R\$ 45.483,32 (+)
Doações Recebidas	R\$ 929,56 (+)
Soma Recitas Mensalidades/Doações	R\$ 46.412,88 (+)
Recitas Financeiras	
Rendimento Apl. Financeiras	R\$ 1.487,64 (+)
Descontos Recebidos	R\$ 7,32 (+)
Soma Recitas Financeiras	R\$ 1.494,96 (+)
Soma Geral de Recitas Auferidas	R\$ 47.907,84 (+)
Despesas Gerais/Administrativas	
Salários/Ordenados	R\$ 1.202,98 (-)
Gratificações/Horas Extras	R\$ 1,81 (-)
Férias	R\$ 207,09 (-)
13º Salário	R\$ 156,80 (-)
F.G.T.S.	R\$ 116,34 (-)
I.N.S.S.	R\$ 471,87 (-)
Curso/Treinamento c/ Pessoal	R\$ 103,00 (-)
Vale Transporte	R\$ 389,98 (-)
Despesas c/ Veículos	R\$ 683,09 (-)
Correspondências/Portes	R\$ 73,86 (-)
Anúncios e Publicidades	R\$ 607,02 (-)
Seguros Gerais	R\$ 577,95 (-)
Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 632,26 (-)
Fretes e Carretos	R\$ 2,54 (-)
Viagens e Estadias	R\$ 2.541,65 (-)
Jornais/Revistas/Periódicos	R\$ 563,68 (-)
Impressos/Materiais Expediente	R\$ 1.270,17 (-)
Luz-Água-Telefone	R\$ 973,78 (-)
Aluguel e Condomínio Imóvel	R\$ 1.769,81 (-)
Honorários Profissionais	R\$ 3.138,58 (-)
Aluguel de Telefone	R\$ 576,09 (-)
Contribuição de Entidade de Classe	R\$ 3.789,98 (-)
Refeições/Contratizações	R\$ 660,34 (-)
Conservação Móveis/Utensílios	R\$ 443,09 (-)
Conservação e Limpeza	R\$ 509,83 (-)
Despesas Legais/Burocráticas	R\$ 425,22 (-)
IOF/IPMF	R\$ 176,79 (-)
IRRF s/ Aplicações Financeiras	R\$ 259,00 (-)
Juros/Comissões Bancárias	R\$ 5.831,46 (-)
IPTU	R\$ 339,22 (-)
Multas/Juros/CM/S/Tributos	R\$ 450,48 (-)
Total Geral de Despesas	R\$ 28.945,76 (-)
Superávit do Ano Calendário de 1994	R\$ 18.962,08 (+)

Joeci Ehlke Matos
IGF/SDF



Transformação e qualidade

A oportunidade de evoluir pessoal e profissionalmente em muito depende das oportunidades que nos são oferecidas.

Embora por vezes decepcionados com salários não condizentes à importância de nossas funções, ou desestimulados pela precariedade de equipamentos, falta de pessoal e local inadequado à execução de nossas tarefas, continuamos ainda otimistas e até, porque não dizer, idealistas.

Tomemos como exemplo o Setor de Documentação Fiscal da IGF. Ao iniciar suas atividades em 1980, com o nome de Controle de Trânsito de Paranaguá, depois Setor de Notas Fiscais, executava-se serviços manuais de preenchimento de fichas para programação fiscal em pequenas e médias empresas.

Depois, com a implantação do Sistema IGF/Notas, em 1990, passou-se a ter uma nova visão do Setor, tomando-se consciência de sua importância em função de resultados obtidos, representados pelo elevado percentual de contribuição (20% em 1994), em relação à produção fiscal total da CRE.

Hoje, com o setor já estruturado, mesmo ampliando o quadro funcional, através da contratação de estagiários e auxiliares administrativos prestando serviços nas seções de Triagem e Seleção de Documentos, Montagem, Digitação e Conferência de Lotes, como também na Análise de Processos, continuamos carentes de equipamentos e suprimentos na área de informática.

Como todas as tarefas aqui executadas são possíveis de mensuração, efetuamos o acompanhamento diário da produtividade de todas as seções, através de metas pré-estabelecidas. Como resultado, passamos de 1.800 documentos digitados em janeiro/94 para 51.101 em janeiro/95.

Mesmo com a ampliação do número de funcionários e conseqüente aumento da produtividade, torna-se imprescindível a implantação do Banco de Dados de Notas Fiscais - BNF, Projeto já do Sistema IGF/Notas, com os do sistema da CELEPAR (CIF, FIR, FCF, IVA), indícios evidentes de irregularidades praticamente indefensáveis pelos prováveis sonegadores.

Da nova equipe de administradores a assumir as diretrizes de nossa organização, aguardamos a oportunidade de contribuir ainda mais para o aumento da arrecadação com a implementação do Projeto BNF.

Impossível? Temos certeza que não.

Joeci Ehlke Santi Matos

NOTIFISCO



COLETTA:

Servidor preparado é receita aumentada

“Della Coletta: A valorização do servidor do órgão, é de vital importância, pois proporciona o trampolim para um aprendizado maior”.

Darticipando, recentemente, de almoço com empresários de Maringá, a convite da Associação Comercial e Industrial do município, o delegado da Receita de Maringá, Gilberto Della Coletta, explicou a filosofia de trabalho que está impondo e solicitou apoio da classe empresarial. Deixou claro o delegado da Receita de Maringá que a valorização do servidor do órgão é fundamental, “pois proporcionaremos o aprendizado e a reciclagem, com novos cursos em áreas de gerência, liderança, finanças públicas e outras, visando um investimento que tem como objetivo principal a melhoria no desempenho de suas funções, com qualidade no atendimento da demanda de empresários e com isso aumentando a arrecadação do ICMS”, frisou.

Neste sentido, tem como meta o aumento da arrecadação em 30%, “e a política fiscal exigida pelo governo é a da não prepotência, sem terrorismo, de forma repressiva e nem intimidativa. Uma política voltada para a orientação e acompanhamento, embasado em parâmetros técnico-científicos.” Mas deixou claro que “agiremos de forma diversa e com rigor quando houver provas concretas de fraudes e sonegação.” Na sua palestra aos empresários de Maringá, o delegado da Receita disse que a arrecadação do ICMS vem caindo por uma série de fatores” e citou como exemplo as mudanças na Constituição de 1988, no caso do ICMS e as perdas da imunidade do imposto nas operações interestaduais com energia elétrica, petróleo e derivados.”

De posse de dados, citou que também na região da Delegacia da Receita de Maringá, houve uma queda na arrecadação do ICMS, na ordem de 17%. Ele disse ainda que vai intensificar, na área de sua jurisdição, os projetos executados pela Coordenação da Receita do Estado, entre eles, “Operação Porta a Porta”, “Projeto Cobrar Bem”, “Combustíveis e Lubrificantes”, “Parâmetro”, entre outros. Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Maringá, Pedro Granado, a queda na arrecadação reflete a situação vivida pelo comércio, “e ao contrário do que o governo está pregando, o consumo caiu. Logo o pagamento de tributos também tem que cair”, acrescentou. A Delegacia da Receita de Maringá é a terceira do Estado em termos de arrecadação.

“Os fiscais só sairão das sete empresas que mais devem aos cofres do Estado, quando os proprietários saldarem seus débitos ou oferecerem garantias de parcelamento do saldo devido”.



João Moacir Gionédís

Maus pagadores na mira do “Cobrar Bem”

Dentro do Projeto “Cobrar Bem”, criado pelo governo do Estado para aumentar a arrecadação do ICMS, a Receita Estadual, iniciou por empresas da 1ª DRR de Curitiba, uma campanha visando a cobrança de dívidas. Os fiscais estão de plantão nas sete empresas que mais devem aos cofres do Estado e segundo determinação da CRE, “só sairão quando os proprietários saldarem a dívida ou oferecerem garantias de parcelamento do débito.” Depois de Curitiba e Região Metropolitana, a operação será estendida para outras Delegacias Regionais da Receita. Para o delegado da 1ª DRR, João Moacir Gionédís, “esse procedimento terá continuidade neste governo.”

O programa em execução junto a empresas devedoras obriga o contribuinte a recolher o ICMS a cada nota fiscal emitida, antes da saída da mercadoria, sob pena de autuação pelo fiscal de plantão.

Os nomes das empresas que estão sendo verificadas não foram divulgados, mas segundo o delegado João Moacir, os segmentos com maiores índices de evasão de receita são os de venda de combustíveis, frigoríficos e cerealistas, mas o maior devedor do Estado não pertence a esses setores, mas, sim, ao de produtos industrializados.

A Receita Estadual também desenvolve, em Curitiba, um trabalho junto as quatro Varas da Fazenda Pública, no sentido de acompanhar o pagamento das dívidas, sendo que alguns empresários são convocados por telefone a saldar seus débitos. Os resultados, segundo Gionédís, tem sido positivos.

NOTIFISCO



SAFITE

JUNHO/
JULHO/95



As festas promovidas pela AFFISMAR, são uma constante

“Parceria com a Prefeitura Municipal, um trabalho de tubulação de água fluvial. Um muro de quase 3 mil m² está sendo construído com recursos próprios, em benefício direto aos seus associados”.



Despedida de Kiochi Nakano

AFFISMAR

Pedro Sanches faz parceria e salão de festas é a meta

7endo apoio de 140 Agentes Fiscais, correspondente a 98% do quadro fiscal da 9ª DRR com sede em Maringá, A Associação dos Funcionários Fiscais de Maringá - AFFISMAR, que tem na presidência o Sr. Pedro Sanches, vem desenvolvendo um trabalho voltado ao quadro social. Exemplo: em sua sede, está sendo construído, com recursos próprios, um muro de 1.100 m por 2 m de altura, com previsão de conclusão para outubro vindouro. A sede campestre, localizada no município de Sarandi, permitiu que em parceria com a Prefeitura Municipal, está desenvolvendo trabalho de tubulação da água fluvial e em fase de estudos a construção de mais 170 m² de salão de festa. Relata ainda o Presidente da AFFISMAR, Pedro Sanches que através de convênio com a AFFP/CIEE, foi contratada uma secretária para desenvolver os serviços burocráticos da entidade.

Dentro de uma administração participativa, a atual diretoria da AFFISMAR

“Dentro de uma administração participativa, a atual Diretoria da AFFISMAR, conta com a colaboração irrestrita de seu quadro associativo”



vem contando com a colaboração do quadro social para as promoções realizadas, e com a realização de almoços, está sendo realizada campanha de arrecadação de fundos para a construção do muro, que vai proteger o patrimônio da sede campestre. A entidade promove ainda às terças e quintas-feiras, atividades esportivas para os associados, com jogos de bocha, futebol suíço, canastra para as esposas dos associados esportistas. Outra atividade importante e que vem entrosando as famílias dos fiscais associados é que três vezes por mês, aos domingos, são promovidos almoços na sede campestre. Tudo visa um conagraçamento entre a classe e suas famílias e uma média de 30 famílias tem prestigiado este evento. Ainda recentemente, em sua sede campestre, foi realizada a festa de despedida do ex-Delegado da 9ª DRR, Jaime Kiochi Nakano que foi homenageado pelos colegas com uma placa, simbolizando seu trabalho na regional de Maringá e o entrosamento cordial que manteve com todos os colegas.

NOTÍFICO

SAFITE

JUNHO/
JULHO/95



Da esquerda para a direita: Reni Ataíde Pires - Diretor da CRE, Norton J. Siqueira - Diretor Geral da SEFA e Miguel Salomão - Secretário da Fazenda



Da esquerda para a direita: Cleto Tamanini (Guarapuava), Alceu Maluf (Ponta Grossa), José A. Camargo (Londrina), Gilberto Delacoleta (Maringá), Nelson Suzuki (Umuarama)



Da esquerda para a direita: Louvanir R. Becker (Cascavel), Astolfo Cavalin (Pato Branco), Felipe F. Pacheco (União da Vitória) e Carlos G. Schafer (Jacarezinho)

Presidente: Fernandes dos Santos

"DIGNIDADE E AUTO-ESTIMA DO AGENTE FISCAL"

O fisco paranaense tem novos Delegados que foram empossados em Curitiba, com prestígio do Secretário da Fazenda, Miguel Salomão; do Diretor da CRE, Reni Ataíde Pires; do Diretor Geral da SEFA, Norton Siqueira e outras autoridades. A AFFEP, através de seu presidente, Fernandes dos Santos, prestigiou, no interior, as solenidades de todos os Delegados da Receita, destacando o entrosamento existente entre a atual direção do sistema fazendário do Estado e a Diretoria da Entidade e também do SAFITE. Neste número do

NOTIFISCO queremos expressar a nossa certeza de que os novos dirigentes do fisco do Paraná "foram escolhidos à dedo e trabalharão em perfeita sintonia com a nova administração da Coordenação da Receita do Estado, na certeza de que reverterão uma situação que se afigurava como caótica, no aspecto de arrecadação", frisa o presidente da AFFEP.

Com qualidade diretiva, o corpo funcional de cada Delegacia Regional, se sente à vontade e através do diálogo com os atuais dirigentes da Secretaria da Fazenda

e da CRE, certamente os objetivos comuns da população paranaense - o combate a sonegação, por exemplo serão alcançados e para nós, servidores da Receita Estadual e por extensão de todo o governo estadual, maior arrecadação significa melhores salários. Nós da AFFEP temos a certeza de que os novos dirigentes do fisco não medirão esforços para resgatar a dignidade e a auto-estima e afirmação do Agente Fiscal, um funcionário público importantíssimo na conjuntura arrecadadora, social e financeira do Estado.

A direção da CRE, com os novos delegados e assessores das DRR

DIREÇÃO DA CRE

Diretor - Reni Ataídes Pires; Assessor Gabinete - Robison Franco de Oliveira; Assessora Gabinete - Maristela Deggerone; ADRH - Ademar Yoshiaki Huzioka; AIN - Evaldo Marcos Pavanato; AAA - João

Ramos da Silva; Auditoria - Lídio Franco Samways; Inspetor Geral Tributação - Fernando Takeshi Ishikawa; Inspetor Geral Arrecadação - Hemult Germano Venske Junior; Inspetor Geral Fiscalização - Murilo Ferreira Wallbach.

DELEGADOS E ASSESSORES DAS DRR

1ª DRR - Curitiba - Delegado: João Moacir Gionédís; Assessor: Cleonice Stefani Salvador - Jorge D'Ávila.
3ª DRR - Ponta Grossa - Delegado: Alceu Maluf Junior; Assessor: José Leocádio da Cruz.
4ª DRR - União da Vitória - Delegado: Felipe Fernandes Pacheco; Assessor: Carlos Alberto

Tomé Coradi.

5ª DRR - Guarapuava - Delegado: Cleto Tamanini; Assessor: Cesar Augusto Konart.
6ª DRR - Jacarezinho - Delegado: Carlos Gilberto Schafer; Assessor: Nilton José R. Oliveira.
8ª DRR - Londrina - Delegado: José Aparecido Camargo; Assessor: Ailton Lopes Brandão, Miguel Arcanjo Dias.
9ª DRR - Maringá - Delegado:

Gilberto Della Coletta; Assessor: Leonildo Prati.
11ª DRR - Umuarama - Delegado: Nelson Mitsuo Suzuki; Assessor: Jaime Klochi Nakano;
13ª DRR - Cascavel - Delegado: Louvanir Ranulfo Becker; Assessor: Antonio Jair dos Santos.
14ª DRR - Pato Branco - Delegado: Astolpho Souza Cavallin; Assessor: Vilmar Bianchezzi.